BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 118 CAPITAL FEDERAL SEXTA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 1968

ATA DA 17ª SESSÃO, EM 18 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: VICTORINO FREIRE E GUIDO MONDIN

As 10 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Alvaro Maia
Edmundo Levi
Milton Trindade
Pedro Carneiro
Lobão da Silveira
Achiles Cruz
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Dinarte Mariz
Manoel Villaça
João Cleofas
Arnon de Mello
Dylton Costa
Aloysio de Carvalho
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Paulo Torres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Lino de Mattos
Péricles Pedro
Armando Storni
Pedro Ludovico
Milton Menezes
Antônio Carlos
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Há número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

EXPEDIENTE RECEBIDO

Comunicação de Eleição e Posse

Da Diretoria da Sociedade Beneficiente Odeonista — PA.

Da Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato dos Músicos Profissionais de São Luiz — MA.

Da Diretoria da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Timbiras — MA.

Da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Açu — RN.

Da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Aracatu — BA

Da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Maragogipe — BA.

Da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Valença — BA.

Do Sr. José Maria Durães para Prefeito do Município de Felício dos Santos — MG.

Da Mesa da Câmara Municipal de Inajá — PR.

Da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itarumã — GO.

Do Gal. José Brêtas Cupertino para Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal — DF.

Do Engº José Menezes Senna para Assessor Parlamentar do Ministério dos Transportes.

Do Sr. Armando Madeira Bastos para Diretor da Agência Nacional.

Agradecimentos

Do Governador Abreu Sodré pela comunicação de recebimento ofícios 735 e 741 de 9 de maio último — SP.

Do Mal. Eurico Gaspar Dutra por manifestação de amizade pelo transcurso de seu aniversário natalício — GB.

Da Prefeitura do Município de São Paulo — SP — Biblioteca Municipal Mario de Andrade — pelo envio de "Anais do Senado" através memorandos 167, 171 e 197-68.

Do Supremo Tribunal Federal — DF, pela remessa de um dos autógrafos da Constituição do Brasil promulgada em 24.1.67.

Do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pela remessa de um autógrafo da Constituição do Brasil, promulgada em 24 de janeiro de 1967. DF.

Do Governador Osires Teixeira, de Goiânia — GO, por cumprimentos formulados por ocasião de sua posse.

Manifestações favoráveis à aprovação do Projeto 207-67 de autoria do Deputado Aroldo Carvalho

Do Sr. Pedro Marinho do Impôsto de Renda de João Pessoa — PB.

Do Presidente da Associação Fiscais Fazenda — Florianópolis — SC.

Diversos

Do Vice-Governador, Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado do Pará — PA, solicitando seja criada nas cidades de Oriximaná, Faro e Juruti, uma junta de conciliação e julgamento.

Da Câmara Municipal de Maceió — AL, requerimento do Vereador Luiz Correia, solicitando aprovação para o Projeto no qual a aposentadoria voluntária será concedida aos 30 anos de serviço.

Do Vereador Luiz Corrêa da Câmara Municipal de Maceió — AL, solicitando ao Presidente da República, aos líderes das bancadas das duas Casas, ao Sr. Presidente do Senado e ao Instituto Nacional de Previdência Social, a fim de ser baixado ato normativo, conquanto a lei nº 5.315 tenha validade.

Do Vereador Luiz Corrêa da Câmara Municipal de Maceió — AL, requerendo um voto de congratulações e aplausos ao Senador Arnon de Mello, em face da brilhante campanha que vem desenvolvendo em favor do "Emprêgo do Atomo na Paz".

Da Câmara Municipal da Cidade de Salvador — BA, moção nº 23, propondo a adoção de medidas no sentido de despartidarizar os Municípios.

Do Juiz de Menores Senhor Alyrio Cavallieri, dando ciência do recebimento de telegrama comunicando estar esperando pronunciamento da Câmara Municipal, o Projeto que altera a Lei nº 5.258, que dispõe sôbre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos GB.

Manifestação de pesar pela morte do Senador Americano Robert Kennedy, do Montepio dos Funcionários Públicos, GB.

Telegrama do Sr. Hidemburg Carrilho, da Assessoria Jurídica do .... D. P. F. de Brasília, solicitando sejam incluídos nos quadros da Polícia Federal, Guardas e Investigadores Ferroviários, GB.

Dos Diretores das firmas Dias Garcia S. A. Com. e Ind., e Kidde Sul S. A. Ind. e Com. solicitando se prestigie a Tecnologia implantada no Brasil, GB.

Da Câmara Municipal de Mogi-Mirim, São Paulo — SP, enviando cópia do Requerimento 70, de iniciativa dos Vereadores Dr. José Romanello Netto e José Antônio Netto, que reclama assistência médico-hospitalar aos previdenciários da região.

Da Câmara Municipal de Mogi-Mirim, SP., enviando cópia de Requerimentos 61, de 1968, do Vereador Dr. José Romanello Netto, solicitando seja aprovado com brevidade Projeto de Lei de autoria do Deputado Federal Braga Ramos, dispondo sôbre o uso de livros didáticos nas classes das escolas de grau médio do país.

Da Câmara Municipal de São Paulo — SP., enviando recortes do Diário Oficial, dos discursos pronunciados, na 112ª Sessão Especial, realizada em 10 do corrente, pelos Senadores Daniel Krieger e os Vereadores Marcos Mélega e Figueiredo Ferraz.

Da Câmara Municipal de São Paulo, cópia de discurso pronunciado pelo Vereador Marcos Mélega, na Sessão de 17.5.68.

Da Câmara Municipal de Taubaté SP, hipotecando apoio ao requerimento 223-68 da Câmara Municipal de Sorocaba, solicitando brevidade nos trabalhos que visam propor uma legislação mais adequada sôbre tóxicos e entorpecentes.

Da Câmara Municipal de Guarulhos, SP, solicitando seja aprovado o mais rápido possível o Projeto de Lei do Senado nº 54-67 de autoria do Senador Flávio da Costa Britto e referente à Lei Orgânica das Cooperativas.

Da Câmara Municipal de Osasco — SP., favorável ao requerimento número 25-68, da Câmara Municipal de Rio Claro, a fim de estudar a possibilidade de permitir a transmissão, pelas estações de TV, as partidas de futebol da Divisão Especial.

Da Câmara Municipal de Santos — SP., comunicando haver àquela Casa Legislativa aprovado o Requerimento 671-68 do Vereador José Gonçalves, para solicitar ao Senado Federal, a adoção de medidas visando à inclusão dos trabalhadores inativos no Projeto de Lei da Presidência da República que concede abôno de emergência.

Da Associação Comercial de São Paulo, SP, apresentando sugestões ao substitutivo da Câmara dos Deputados aos projetos de lei ns. 1.138 de 1968.

Da Associação dos Advogados de São Paulo, manifestando apoio ao substitutivo apresentado pela Câmara Federal ao Projeto de Lei do Executivo que autoriza e regulamenta o transplante de órgãos e tecidos de cadáver.

Da Associação dos Advogados de São Paulo, SP, dando apoio ao Projeto de Lei nº 304, de 1967, do Deputado Aluízio Alves, dando sugestões para emendas em vários artigos.

Da Câmara Municipal de Santos — SP, apresentando substitutivo ao Decreto-lei nº 127-67 que trata dos interêsses dos trabalhadores portuários.

Do Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, se manifestando contrário ao Projeto 3.724 de 1966, que visa a regulamentação da Profissão de Técnico em Desenho. SP.

Do abaixo assinado de concursados do Ministério da Fazenda, em 1961, impetrando Mandado de Segurança a fim de serem aproveitados na carreira de Exator de Coletorias. SP.

Da Câmara Municipal de Campos do Jordão, agradecendo a atenção dada ao assunto do ofício 255-68, relacionada com a rápida tramitação do projeto de lei nº 207-67. SP.

Da Prefeitura Municipal de Fenix-Paraná, comunicando ter sido instalado um Serviço de Rádio em Sintonia com a Secretaria de Segurança do Estado.

Da Prefeitura Municipal de Clevelândia, PR — solicitando a criação de uma agência do Banco do Brasil S.A., naquele Município.

SENADO FEDERAL

Do Presidente da Câmara Municipal de Astorga, PR, solicitando aprovação para o Projeto que isenta do Serviço Militar Obrigatório em tempo de paz, o homem do campo e os estudantes que estejam cursando o Ciclo Colegial.

Da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina — SC, solicitando sejam tomadas medidas para fixação do preço mínimo de suíno vivo em todo o Território.

Da Câmara Municipal de Erechim — RS, agradecendo comunicação de recebimento de expediente daquela Casa, tratando da Regulamentação Situação Jogadores Profissionais de Futebol.

Do Presidente da Associação dos Municípios Fronteira Oeste, solicitando soluções honrosas para laboriosa classe Agropastoril. — RS.

Da Câmara Municipal de Alegrete — RS, solidarizando-se em relação ao Projeto de Lei, com referência a manutenção dos mesmos compêndios.

Da Câmara Municipal do Rio Grande — RS, hipotecando apoio ao Projeto de Lei de Autoria do Deputado Henrique Henkin permitindo reinstituição partidos políticos.

Do Presidente da Câmara Municipal de Presidente Prudente — MG, comunicando estar tramitando naquela Câmara, projeto de Lei de autoria do Prefeito Municipal, objetivando fundação de ensino Alta Sorocabana.

Da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, encaminhando requerimento de vários Deputados solicitando seja aprovado a emenda constitucional de autoria do Deputado Paulo Macarini, estabelecendo à União, os Estados e Municípios parte da receita orçamentária na manutenção de desenvolvimento do ensino. MG.

Da Associação Brasileira de Odontologia, ofício 75-68, contrário ao projeto do Deputado José Esteves, dia 17 de abril de 1968. MG.

Da Câmara Municipal de Uberaba, agradecendo providências tomadas a assunto do ofício 842 de 11 de maio MG.

Da Câmara Municipal de Dourados — MG, encaminhando requerimento aprovado unânimemente por aquela Casa, contendo protesto contra a nova alta nos preços dos medicamentos.

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — Esta Presidência tem comunicações a fazer ao Plenário.

A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 544-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 854-GM, de 16-7-68);

Nº 568-68, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso número 855-GM, de 16-7-68);

Nº 626-68, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso número 856-GM, de 16-7-68).

(*Pausa*).

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — A Presidência recebeu Telex do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, solicitando prorrogação do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 199-68, de autoria do Senador Lino de Mattos;

Nº 477-68, de autoria do Senador Lino de Mattos;

Nº 547-68, de autoria do Senador Aarão Steinbruch;

Nº 588-68, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres;

Nº 628-68, de autoria do Senador Pereira Diniz;

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Nº 648-68, de autoria do Senador Adalberto Sena;

Nº 702-68, de autoria do Senador Adalberto Sena.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo para resposta aos referidos Requerimentos.

(*Pausa*)

Como não houve objeção, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — Sôbre a mesa requerimentos de informação que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 886, de 1968

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmº Sr. Ministro da Indústria e Comércio o seguinte pedido de informações:

1º) Que providências êsse Ministério está tomando para não permitir a invasão de importação de tratores de rodas e de esteiras, num verdadeiro "duping" contra a indústria nacional?

2º) Êsse Ministério vem atendendo o que recomenda o GEIMEC nos pareceres aos pedidos de importação de tratores?

3º) Fornecer cópia dos pareceres do GEIMEC dados em todos os pedidos de importação de tratores nos anos de 1964, 1965, 1966, 1967 e no corrente exercício.

4º) Quais os pedidos, atualmente nêsse Ministério, para importação de tratores de rodas e de esteiras? (Fornecer cópia dos pedidos).

Sala das Sessões, 18 de Julho de 1968. — Senador *Lino de Mattos*.

Requerimento nº 887, de 1968

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1º) Fornecer relação das importações de tratores de rodas e esteira feitas nos anos de 1964, 1965, 1966, 1967 e no corrente exercício por Governos Estaduais e entidades oficiais, mencionando os países de origem, potência de cada trator, se de rodas ou esteiras, com os respectivos preços. Fornecer cópia dos pareceres da CACEX sôbre cada uma das importações.

2º) Quais os pedidos existentes, atualmente, na CACEX para importação de tratores de rodas e de esteiras?

3º) Qual o valor da importação de peças de reposição de tratores nos anos referidos no primeiro item?

Sala das Sessões, 18 de julho de 1968. — Senador *Lino de Mattos*.

Requerimento nº 888, de 1968

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1º) Quais as providências tomadas por êsse Ministério, diante das recomendações encaminhadas pela Comissão Consultiva do Crédito Rural, encarregada de estudar o financiamento da mecanização das lavouras no País?

2º Aquelas recomendações que receberam apoio inclusive do representante do Ministério do Planejamento, serão postas em prática imediatamente?

Sala das Sessões, 18 de julho de 1968. — Senador *Lino de Mattos*.

Requerimento nº 889, de 1968

Sr. Presidente.

Requeiro, nos têrmos Regimentais, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde o seguinte pedido de informações:

1º) Quais as providências tomadas por êsse Ministério no sentido de dinamizar a erradicação da doença de Chagas no Território Nacional?

2º) Possui o Instituto Oswaldo Cruz os recursos necessários para os estudos, análises e fabricação de vacinas, que venham a possibilitar o extermínio dêsse grande mal nacional?

3º) Quais os recursos financeiros entregues ao Instituto Oswaldo Cruz, por êsse Ministério, no período de 1964 até a presente data?

Sala das Sessões, 18 de julho de 1968. — Senador *Lino de Mattos*.

Requerimento nº 890, de 1968

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Poder Executivo o seguinte pedido de informações:

1º) Quais os recursos recebidos da Aliança para o Progresso de 1964 até a presente data, tendo em vista os seguintes fins:

a) Projetos de infra instrutura (energia e transportes);

b) Programa de âmbito nacional nos campos ou setôres da Educação, Saúde, Habitação e Saneamento (Especificar a aplicação de cada item).

Sala das Sessões, 18 de julho de 1968. — Senador *Lino de Mattos*.

Requerimento nº 891, de 1968

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento o seguinte pedido de informações:

1º) Em que dispositivo legal, se baseia a Direção da CODEBRÁS para indicar às emprêsas construtora das obras sob sua fiscalização, as firmas que devem fornecer diversos materiais, como sejam portas, pisos, louças etc.?

2º) Quais as obras que estão sendo executadas no Setor Habitacional Econômico Sul — Cruzeiro?

3º) Fornecer cópia autêntica dos contratos e aditamentos firmados entre a CODEBRÁS e as firmas construtoras que estão executando obras no Setor Habitacional Sul — Cruzeiro.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1968. — Senador *Lino de Mattos*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — Os requerimentos lidos não dependem de aprovação do Plenário. Serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — Não há oradores inscritos.

A Ordem do Dia é trabalho das Comissões.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda está a opinião pública sob o impacto da decisão tomada pelo Conselho de Segurança Nacional, que é do conhecimento de tôda a Nação brasileira.

No resumo da imprensa, lemos que a ele mesmo na área governista o impacto se fêz sentir e a surprêsa se passou de alguns dos elementos de mais destaque daquela área.

Não sei se procede uma declaração atribuída ao Senador Teotônio Vilela:

> "Nos têrmos da nota fica evidenciado que vivemos um simulacro de democracia, uma grande farsa que desonra a todos nós. Não podemos mais, os políticos, servir de pano de fundo de uma situação diante da qual não possuímos o menor poder de ingerência."

Eu disse que não sei se essa declaração é mesmo de autoria do nobre Senador Teotônio Vilela, pelos mesmos motivos por que muitas outras declarações atribuídas a políticos não são de sua autoria. E, muitas vêzes, quando, sem ferir, sem insultar, um político procura retificar, colocando nos seus devidos têrmos, algum noticiário, certa imprensa, que tanto se preocupa em defender o direito que tem de dizer a verdade e proclamá-la, da liberdade do homem e do cidadão, o mesmo não procede na defesa dos direitos de terceiros.

A Resenha de hoje, por exemplo, desta Súmula Informativa do Senado Federal que registra as palavras atribuídas ao Senador Teotônio Vilela, contém uma declaração de um dos grandes jornais do Rio de Janeiro — "O Globo", que, procurando ferir a sensibilidade de um Senador que, não tendo feito qualquer pronunciamento sôbre o propalado estado de exceção no Brasil, sentiu-se na obrigação de esclarecer o mesmo jornal, porque a fonte que lhe informara não o fizera baseada na verdade. E, em réplica, êsse mesmo jornal publica:

> "O Senador Aurélio Vianna passou horas e horas, dias atrás, procurando desmentir noticiário desta coluna de que êle faria importante pronunciamento".

Eu não procurei desmentir: eu desmenti mesmo. Não foi verdade o que a coluna expressou. Mas concluí satiricamente — eu achei até graça...

> "Realmente houve um êrro, pois o Senador Aurélio Vianna jamais faria um importante pronunciamento..."

Realmente, Sr. Presidente, é isto que traduz a fragilidade da Democracia brasileira. Não são fortes os que estão no Poder. São fracos, pois querem uma Democracia fragilima, em que são insultados os homens públicos, as suas palavras muitas vêzes deturpadas, e, quando proferem a sua defesa, a sua defesa não encontra guarida. E as próprias palavras, pronunciadas em defesa de quem é atin-

gido, ainda são publicadas de modo absolutamente diferente, ainda são adulteradas.

É essa a democracia que querem para o Brasil, em que a honra e a dignidade do homem não têm vez, em que se deforma o pensamento alheio?

Eu nunca fiz praça de grandeza, sou de origem humilde — mas também nunca fui subordinado a grupos econômicos ou grupos poderosos. A minha consciência é tranqüila.

Nunca fiz nenhum jôgo contra meu País, contra a soberania do meu País e, mesmo em desigualdade de condições, porque não possuo instrumentos para que a minha defesa chegue ao povo, e sabendo de todos os riscos que corro, não silencio, principalmente quando se trata da defesa daquilo que eu julgo que é verdade.

Sr. Presidente, por isso, fiz a ressalva anterior. Conheço a técnica. Escrevi para pequeno jornal por muitos anos. Dei para ouvir a "Hora do Brasil"; aí, sim, posso reclamar, e devo reclamar, porque, no que tange ao Senado, é preparado no Senado. E, agora, vou fazê-lo, tôda a vez que fôr possível, porque é um trabalho preparado por funcionários do Senado, sob a responsabilidade da Mesa.

Ora, Sr. Presidente, como ponto de partida, declaro que, sôbre os trabalhos do Senado, os projetos aprovados, os trabalhos das Comissões, os pronunciamentos, visando ao engrandecimento do Senado, muito deixa a desejar o que se vem transmitindo ao povo brasileiro. Aí posso intervir — e intervirei — como também desejo esclarecer, desta tribuna, aos funcionários desta Casa, que ao ser procurado por alguns dêles, fui informado de que há funcionários, no Senado, que recebem, todo mês, o seu salário e não trabalham para o Senado. Mas recebem, religiosamente seu salário, trabalhando para outras entidades. Declarei que a informação era de tamanha gravidade que eu iria pesquisar — e irei pesquisar — para ver se é verdade que, havendo um grupo numeroso que trabalha e que cumpre o seu dever, há um grupo segundo a informação que recebi, que recebe por sessões extraordinárias sem a elas comparecerem.

E os informantes me disseram que: "O Sr. tenha muito cuidado com êsse grupo! É um grupo muito poderoso. Parece que não é, mas é muito poderoso!"

Eu vou procurar onde está a fonte do poder, qual a arma que êsse grupo detém para calar — se é que detém — a voz de Senadores que, no cumprimento de seu dever, procuram investigar e procuram saber se procedem as críticas feitas, porque, só costumo fazer acusação baseado, para não cometer os mesmos erros que alguns cometem, quando me julgam ou quando reproduzem palavras que minhas não são como se minhas fôssem

Realmente, esta última nota até que me valorizou muito. Estudei bastante Psicologia Aplicada. Quando um jornal de grande pôrte, que pode destruir, que pode construir, destruir reputações ou fazer reputações, quando um jornal se preocupa tanto com humilde Senador, como o que fala, é porque sabe que não se comportou como deveria, isto é, o colunista. O jornal, não.

Sr. Presidente, mas voltemos ao assunto, porque, se a crise — como dizem os bem-informados — está-se agravando e poderá terminar — segundo dizem os informados, os próprios elementos da área governista — por um regime-de-exceção, ou certa Imprensa se subordina — como fêz no Estado Nôvo e durante os regimes fortes — ou, então, sofrerá tanto como qualquer outro cidadão.

Mesmo vilipendiado, insultado ou incompreendido, continuo defendendo a liberdade de Imprensa com responsabilidade, porque sem esta liberdade não há Democracia. A liberdade de dizer, de criticar, de condenar e de pugnar pelos direitos do homem e do cidadão. Não vou confundir jornais com certos elementos recalcados, muitas vêzes, que, não tendo a coragem de atacar a quem lhe pode calar a bôca, procuram aquêles que, mesmo atacados, defendem o seu direito de atacar. E muitas vêzes não têm como se defender e por isso são atacados, pelos instrumentos que formam e informam a opinião pública. Mas vamos chegando aos poucos até se descobrir a verdade. E se pensam aquêles que continuam fornecendo informações falsas ou deturpando, que isto me faz calar a bôca, estão completamente equivocados. Dizem que há homens que nascem lutando para chegar à vida e que são todos, mas outros abdicam do direito à luta e outros vão lutando até o fim. Creio que sou do segundo tipo. Estou vendo onde está se traçando tudo e, à minha maneira, divertindo-me também. O que êles não podem é nos tirar o direito de falar. Êles não. O poder militar, se puder e quiser, pode fechar o Congresso, e fechar a imprensa e fazê-la instrumento seu — aí todos nos igualamos — como em muitos países vem acontecendo, hoje. Mas, os escrevedores dessas notas não podem me tirar êsses dois anos e meio de mandato. E aí ficam desesperados. Respondo daqui, não chega ao povo. Êles deturpam lá, chega ao povo. Pensam que, por êste sistema, eu me calo, e eu continuo falando, e, às vêzes, dizendo na cara de quem escreve, aquilo que quem escreve, pensa que sua autoria não está sendo defendida, dizendo, às vêzes, na própria fonte de informações que falsifica, a verdade. E então, aí, se torna mais interessante, ainda, o sistema de defesa.

Quando eu desmenti, aqui, a nota e declarei ao colunista que havia sido mal informado, no outro dia, o que foi publicado, deu nojo, eu senti náuseas, achei engraçado, no sentido mais negativista do têrmo. Eis a liberdade que esta gente defende.

Quando ouvi a "Hora do Brasil", à noite, a náusea continuou. Tiraram um trecho de um discurso e depois colocaram o trecho, de tal modo que uma resposta dada anulasse a defesa prolatada. Isto feito no Senado Federal! O resto não, o resto é isto mesmo. Não fôsse eu socialista — e eu sou — porque, não acredito nisto, de modo nenhum. Acredito na liberdade para denegrir, para destruir a honra alheia. Certos aquêles que o fazem, que não há maneira do ser, que está sendo denegrido, poder chegar sua voz àqueles que vão agora analisar uma vida, à base de informações falsas que lhes são transmitidas. Eu estou consciente disto.

E' por isso que venho dizendo, não sei quantas vêzes, que nunca falo, desta tribuna, em redemocratização. Sempre falo em democratização do Brasil, porque, neste País, temos tido Governos que permitem maior ou menor manifestação da palavra, escrita, televisionada ou falada, mas nunca tivemos uma Democracia autêntica.

E' minha maneira de pensar.

E' por isso que tenho dito, desta tribuna, que, nas observações feitas por aí, percorrendo êste País, não encontro, na generalidade dos casos, ninguém que manifeste saudades do passado e muito menos satisfação com o presente, porque êste povo que está aí, que sempre sofreu da Polícia, que tem muito menos culpa do que aquêles que a mandam praticar violências; o praça-de-pré tem muito menos culpa do que o mandante, do que o que lhe ordena que pratique violências; quando êste povo sabe que, no passado também sofria fome, também recebia salário irrisório que não dava para que êle pudesse sustentar a sua prole; quando via que êste País era tão vítima do monopólio internacional, como continua hoje; quando o povo via que escândalos de grandes proporções, desfalques enormes se processavam e, encobertos, hoje, mais ou menos, a mesma coisa continua ainda — está aí o desfalque da L.B.A. desafiando a argúcia dos dominantes — então, o povo não tem motivos para se organizar e trazer o passado para o presente, o que é, pràticamente, impossível.

Quando se fala que há grandes movimentos, que o povo está sendo levado a se aglomerar para uma luta de vida e de morte, no sentido do retôrno, eu digo comigo mesmo: então, se está ignorando, completamente, o que se passa neste País. Isto é mera propaganda para encobrir coisas, e o povo não quer retôrno nenhum. Quer ter condições para uma vida digna e uma vida decente; quer ter condições para educar-se e educar os seus filhos; quer ter condições para não ser um escravo econômico; quer ter condições para, com liberdade, defender as suas idéias, defender princípios.

Nunca fui partidário, nem o sou, da Ditadura. Mas o que se diz, todo o dia — está, aqui, a súmula — manchete de principais jornais — e o povo está sendo informado de que há uma crise de proporções enormes. E não se está mobilizando — repito — para defender uma situação de que o próprio povo é a vítima. Falo no sentido econômico, na sua maneira de viver. E' que o povo não aceita quando se declara, quando alguma fonte do Govêrno declara que tudo é paz, que tudo é tranqüilidade, que se está encobrindo o desenvolvimento do Brasil, que o Brasil se está desenvolvendo de tal modo, e se encobre isto. Parece que quem faz estas declarações nunca foi a uma choupana, nunca foi à casa de um funcionário — e quando eu falo "de um funcionário" falo de 3/4 dos funcionários, que continuam percebendo salário que não dá para o sustento de sua família, para as mínimas necessidades de sua vida.

Parece que êste povo que faz esta declaração nunca foi à maioria das fazendas brasileiras, ou nunca bateu à porta da maioria das casas de favelados, que grealmente são operários e até funcionários públicos.

Aqui mesmo em Brasília, Capital Federal, cidade nova, onde é que moram 2/3 dos seus habitantes?

Há favelas em Brasília, a maioria delas constituída de casas de tábuas ordinárias, favelas imensas, como aquela do IAPI. Quando levo os visitantes de Brasília, aquêles que me conhecem e que vêm pela primeira vez a esta Capital, para conhecerem Brasília, não sòmente os levo para que conheçam o centro, mas também os levo para que conheçam o submundo, o mundo misterioso do sofrimento, da inquietação, da tortura, da fome, da miséria. Para que todos vejam a realidade.

Eu não vou declarar que êste Govêrno, em quatro ou cinco anos, poderia ter resolvido problemas de séculos, seculares, o que seria uma infantilidade. O que não entendo é porque se tenta dizer ao povo que certos problemas foram resolvidos, que o País está tranqüilo quando, ao mesmo tempo, se dá a lume uma nota como aquela, que é um desmentido formal às declarações que são feitas por alguns Ministros, sôbre a verdadeira situação do País.

É porque êste povo em perplexidade, principalmente a grande massa brasileira — porque temos muito mais mas nos países desenvolvidos que povo, porque povo é a massa quando está esclarecido, quando é politizado — é porque êste povo não tem liderança. Nunca teve liderança, no sentido de princípios de uma filosofia política, de uma filosofia econômica, de uma filosofia social encarnada em certos determinados nomes que hoje seriam ouvidos, pelas grandes multidões não se rebelaram quando da queda de muitos dirigentes dêste País, porque não tinham motivo para fazê-lo, porque, quando olham para dentro da sua casa e viam seus filhos morrendo — e muitas e muitas vêzes até de fome, ou à falta de medicamentos; quando olhavam para suas casas e viam seus filhos sem poderem ir à escola, essas multidões não tinham motivos para arriscar a vida, na defesa fôsse lá de quem fôsse.

Sr. Presidente, apenas peço compreensão dos meus nobres colegas por tratar de alguns assuntos que não devem interessar à maioria dêles, mas é a única tribuna que nós temos, donde podemos apresentar o nosso pensamento.

Um dia dêsses, para confôrto meu, li um trecho de Joaquim Nabuco que me deu profunda tranqüilidade. E a tribuna que êle encontrou, mesmo como dizia "para um plenário deserto", foi a do Parlamento.

Quer queiram os poderosos, estejam os setôres políticos, econômicos, militares, sejam detentores do poder da imprensa ou do poder econômico, bancários ou não, nem êsse impedirão, nem ninguém impedirá a marca do povo para conquista de uma posição, de uma vida digna.

O poder econômico, mesmo com certos subujos que se vendem àqueles que se arrastam como vermes e que são piores do que êle, poder econômico, que disfarçam-se como camaleões, como mimetistas que são, fazendo-se defensores da verdade, quando muitas vêzes não o são, e sim do poder econômico, do poder capitalista internacional, os dias dêsse poder estão contados e da casta dos vermes que êle serve. Não tenho dúvida, independe da vontade dêles como independeu da minha, o que vier, o que está para acontecer o que está acontecendo no mundo inteiro, quando esta mocidade que está enojada se organiza... que não está organizada ainda, mais revoltada que revolucionária — para ser revolucionária, eu falo em seu conjunto, precisaria que possuísse uma filosofia inteira, um programa visando uma meta através de uma tática de luta eficiente — quando o operariado compreender, tomar posição e se organizar — porque hoje ai dêle está desorganizado.

Um dia dêsses um grupo de Senadores assistiu a luta entre diversos grupos sindicais. Que coisa tremenda! Êste grupo de Senadores dizia: ainda estão assim divididos, mas quando compreenderem que, unidos, são indestrutíveis, aí daqueles que os exploram ou que tentam liquidá-los!

... para que, inclusive, não se diga que por ferinos ataques tentarão calar a voz dos que são sacrificados pelo poder da calúnia contínuo na tribuna; só se não souber, se não ler, no cumprimento daquilo que acho que é o meu dever. Queiram ou não, com democracia incipiente ou incipiente declarada ou indeclarada, enquanto houver um microfone aqui e não fecharem esta Casa ou eu não morrer ou não ficar unitilizado! Tenho ainda dois anos e meio. Eu não contava com os oito que tive desta vez. Quando disputei as últimas eleições na Guanabara, para o Senado, pensando que fôsse perder. Então, êsses oito anos são sobrevida, como se chama em medicina. Não contava com êles. Acreditava que iria terminar ali, porque no tempo em que havia partidos políticos no Brasil, que mal ou bem eram organizados, tinham sua filosofia sempre fui obediente ao meu partido

Se se dissesse: "você vai disputar — e naquele tempo a legislação eleitoral era outra — "você vai disputar eleição por Roraima", vamos discutir a coisa: maioria. E por que disputar por Roraima? E eu ia para Roraima. "Vai perder". Não importa isto.

Hoje, não. Eu ainda discuto porque estamos em duas federações de partidos. A coisa torna-se um pouco diferente. Mas, naquele tempo, não!

"Você vai ser candidato ao Govêrno do Guanabara."

Meus amigos, não vai dar certo.

Quanto possuimos, em caixa, para pagarmos programas de televisão? Nada. Quanto possuimos, em caixa, para subvencionar jornais para nossa propaganda? Nem um tostão. Quanto possuimos para pagar nossos folhetos? Nada. Nós possuimos um ideal.

Podemos, de maneira nenhuma, marcar nossa posição contra fascistas, que estão de um lado, e fascistas que estão do outro lado. Fascistas tinham um candidato de um lado e o outro do outro. Portanto, havia necessidade de marcarmos a nossa posição. O que previa, aconteceu. Mas, fui chamado e obedeci. O que muitos não queriam é que eu fôsse fiel ao meu partido, que estava se extinguindo e terminando. Pela Lei Eleitoral não sobreveveria.

Mas cumpri o meu dever até o fim. Não há dúvida quanto a isto. Também, àquele tempo sofri, principalmente quando publicaram a fotografia de minha espôsa, que nunca se meteu em política, rodeada dos meus sobrinhos e a ela davam palavras que ela nunca pronunciara e que a torturaram meses e meses. Membro de uma igreja evangélica não estava habituada a tantas coisas. "Mas não é possível, Aurélio, tanta infâmia! Eu nunca disse isso na minha vida!" E por quanta angústia aquela senhora passou! Quantas lágrimas aquela senhora derramou! E quando eu procuro os responsáveis e lhes digo: Retifiquem isso. Isso está torturando uma senhora, na alma, no espírito. Está aniquilando uma mulher digna!

Então, o sorriso que hoje muitas vêzes contemplo nalguns lábios, contemplei naqueles dias. "O Senhor vá à Justiça", ou, então: "Depois das eleições, nós procuraremos retificar isto".

Quem com ferro fere, com ferro será ferido. Ninguém jamais escapou desta sentença divina. Não há quem escape. Não sou eu que estou dizendo, não. E não estou ameaçando ninguém. Está escrito lá no Talmude, no Velho Testamento. E' uma sentença divina. Foram os Profetas que a pronunciaram, em nome de Deus!

Pode ser que, amanhã, saia publicado, em letras de fôrma, que estou fazendo uma grande ameaça, que vou fazer uma grande declaração...

E, assim, Sr. Presidente, não evitaremos, usando de processos — e, aí, não é o meu caso — que não levem o povo a se mobilizar, não evitaremos grandes males que, por ventura, venham a cair sôbre êste País, além dos muitos que êste País vem suportando.

E só os fatos vão esclarecer convenientemente a Nação brasileira. Todo o resto é hipótese.

A fôrça do Govêrno é a fraqueza ideológica e de princípios de grande parte dos seus adversários. E' quando um fraco é forte, porque o forte é fraco. (*Muito bem.*)

SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — Sôbre a mesa requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 892, de 1968

Excelentíssimo Senhor

Senador Gilberto Marinho

Digníssimo Presidente do Senado Federal

O abaixo assinado pede seja transcrita nos Anais do Senado, e na conformidade das normas regimentais, a entrevista do ilustre Ministro Jarbas Passarinho, concedida ao jornal "O Globo", de 10 de julho do corrente ano.

Brasília, 18 de julho de 1968. — Senador *Petrônio Portella.*

A entrevista do Ministro do Trabalho é um documento que caracteriza bem o quadro político brasileiro da hora presente.

Com a responsabilidade de integrante da mais qualificada equipe de Govêrno, Sua Excelência disse, de forma clara, dos perigos por que passa a Nação, dividida entre os que querem perservar-lhe as instituições e os que pretendem destruí-las.

Fixou a posição do Senhor Presidente da República e, implicitamente, concitou os democratas à união em tôrno daquele que, enfrentando as pressões, deseja consolidar a prática democrática, sob a égide da Constituição.

Ao se proclamar disposto a renunciar ao pôsto, no gesto de desambição pessoal, quis demonstrar que devem ser afastados todos os obstáculos para que, com inteira liberdade, possa o Senhor Presidente da República escolher os auxiliares adequados às reformas por que anseia a Nação.

Numa conjuntura dominada pelo personalismo, o Ministro afirmou, pelo exemplo, que a hora é de grandeza.

É oportuno, pois, que definição tão importante não fique à mercê das interpretações interessadas e seja, de corpo inteiro, entregue ao juízo dos pósteros.

Não há onde melhor possa ser inserida a entrevista do Ministro, senão nos Anais do Senado, onde Sua Excelência tem uma cadeira, dada pelo povo, para o Serviço da Democracia.

Sua entrevista é bem o testemunho de que, no Poder, o Senador confirma o juramento, com que se investiu, no mandato popular.

O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — O Requerimento lido será oportunamente incluído em ordem do dia.

O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando, antes, para a ordinária de hoje a seguinte:

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1968 (oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 555-68), que torna sem efeito a Resolução nº 83, de 1967.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 725, de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Banco Central —, informações sôbre o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE).

Votação, em turno único, do Requerimento nº 848, de 1968, pelo qual o Sr. Senador Dylton Costa solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sôbre os estabelecimentos bancários que, de cinco anos a esta data, entraram em regime de liquidação, e faz outras indagações.

O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 5 minutos.*)

ATA DA 18ª SESSÃO, EM 18 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: VICTORINO FREIRE E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Pedro Carneiro
Achiles Cruz
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Paulo Tôrres
Aurélio Vianna
Pericles Pedro
Armando Storni
Milton Menezes
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE.

(*Victorino Freire*) — A lista de presença acusa o comparecimento de 12 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

Parecer nº 609, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sôbre o Projeto de Lei do Senado nº 48-65, que cria a Ordem dos Jornalistas do Brasil e dá outras providências.

Relator: Senador Antônio Balbino

De autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, o presente projeto cria a Ordem dos Jornalistas do Brasil — OJB, cuja finalidade, de acôrdo com o artigo 1º é "exercer, em todo o território nacional, a disciplina, a defesa e a fiscalização do exercício da profissão de jornalista, mantidas as atribuições específicas dos Sindicatos respectivos das categorias consideradas jornalísticas por lei."

O Autor declara que "a criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil constitui velha e sentida aspiração da classe dos profissionais da imprensa".

Sucede, porém, que a matéria pode não estar sendo encarada por êsse prisma, entre os jornalistas. E' possível, mesmo, que haja divergências sôbre a maneira de interpretá-la, advindo, consequentemente, necessidade de audiência dos órgãos representativos da classe. Essa necessidade, inclusive, foi sentida pelo Senador Gay da Fonseca, tendo a Comissão insistido, perante a Associação Brasileira de Imprensa, para que se manifestasse a respeito do Projeto.

Ocorre que, talvez em virtude das batalhas em que se há empenhado, nos últimos meses, a A B I não pode responder aos ofícios da Comissão de Constituição e Justiça. Na verdade, êste órgão técnico tem condições para julgar da juridicidade e da constitucionalidade da proposição. Convém insistir, porém, como homenagem aos jornalistas profissionais, que êles se pronunciem através dos respectivos órgãos de classe.

No processo, está anexada a posição do Sindicato dos Jornalistas Liberais do Estado da Guanabara. Opino "no sentido de que a nobre idéia da instalação da ORDEM dos JORNALISTAS DO BRASIL se converta, desta feita, em esplêndida realidade: uma instituição destinada a ser socialmente tão ou ainda mais fruttuosa que, em sua esfera, a bem-fadada Ordem dos Advogados do Brasil."

Enquanto o aludido Sindicato se manifesta favoràvelmente, o último congresso de jornalistas parece ter tomado rumo diverso. Seria, portanto, de:

1) reiterar-se o ofício à Associação Brasileira de Imprensa, para que ofereça o seu julgamento sôbre o Projeto;

2) Oficiar-se à Federação dos Sindicatos de Jornalistas Profissionais, a fim de que também opine sôbre a matéria e envie o texto aprovado, no derradeiro congresso de profissionais da Imprensa, a respeito do assunto.

Sala das Comissões, em 1 de abril de 1967. — *Milton Campos* — Presidente. — *Antônio Balbino* — *Aloysio de Carvalho* — Relator. — *Josaphat Marinho* — *Carlos Lindenberg* — *Antônio Carlos.*

Parecer nº 610, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sôbre o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1965, que cria a Ordem dos Jornalistas do Brasil e dá outras providências.

Relator: Senador Aurélio Vianna

Em 16 de agôsto de 1965, o ilustre Senador Vasconcelos Tôrres apresentou projeto de lei que cria a Ordem dos Jornalistas do Brasil.

Na Comissão de Constituição e Justiça, foi o projeto distribuído ao então Senador Gay da Fonseca, que, antes de examinar o mérito constitucional e jurídico da proposição, dela solicitou — no que foi atendido — o pronunciamento da Associação Brasileira de Imprensa.

Em 18 de maio de 1966, quase um ano após a apresentação do projeto, esta Comissão encaminhou ofício para o Jornalista Herbert Moses, solicitando o pronunciamento da A B I sôbre o projeto em causa.

Não havendo, no prazo regimental, resposta da Associação Brasileira de Imprensa, ao pedido de informações, é o mesmo retiterado pelo ofício número 95, de 21 de junho de 1963.

Tardando, ainda, o pronunciamento da ABI, esta Comissão, novamente, em 1 de agôsto de 1966 renova a audiência com os ofícios ns. 86 e 95, enviando, em anexo, um avulso do projeto nº 48-65.

E o tempo consome o próprio tempo sem que a ABI se pronuncie.

Em 1º de setembro de 1966, com aquela madura paciência que caracteriza muito bem o Senado Federal, de nôvo, agora pelo ofício nº 131, a Comissão oficia ao Presidente da ABI, pedindo resposta aos ofícios anteriormente dirigidos.

A final, em 15 de agôsto de 1966, a ABI comunica o recebimento do ofício nº 106-66 e declara que, pela transcendência do assunto, fôra constituída uma Comissão Especial para estudá-lo, depois do que seria a matéria apreciada pela Diretoria da Associação para remessa ao Senado.

Já em 9 de agôsto dequeia ano o Sindicato dos Jornalistas Liberais do Estado da Guanabara se dirigira ao Presidente do Senado, manifestando a sua aprovação ao Projeto Vasconcelos Tôrres.

Chegado abril de 1967 o relator da matéria é agora o Senador Antônio Balbino, da nossa sempre lembrada e gloriosa Bahia.

O Senador baiano reconhece que a Comissão "tem condições para julgar da juridicidade e constitucionalidade da proposição". "Convém insistir, porém, — conclue — como homenagem aos jornalistas profissionais, que êles se pronunciem através dos respectivos órgãos de classe".

Já aí, tinha-se a opinião favorável do Sindicato dos Jornalistas Liberais da Guanabara e a contrária do último congresso de jornalistas, realizado no Estado do Paraná, quando "a repulsa da esmagadora maioria dos congressistas amortalhou a iniciativa".

Com a prudência que lhe é reconhecida, propõe, então, o Senador Bal-

bino que a Comissão reitere "ofício à Associação Brasileira de Imprensa, para que ofereça o seu julgamento sôbre o Projeto" e que também dirija-se "à Federação dos Sindicatos de Jornalistas Profissionais, a fim de que também opine sôbre a matéria e envie o texto aprovado, no derradeiro Congresso de Profissionais de Imprensa, a respeito do assunto".

Estamos, repito, nos idos de abril de 1967.

Em 19 daquele mês, o Senador Milton Campos solicita, da ABI, a remessa, dentro de sessenta dias, do pronunciamento daquela entidade sôbre o projeto, fazendo acompanhar o ofício, pela 3ª vêz, um "avulso do mencionado projeto".

No dia 20, parte outro ofício, destinado ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, no qual esta Comissão de Constituição e Justiça solicita também da referida entidade de classe o seu pronunciamento sôbre a matéria objeto da proposição apresentada pelo Senador fluminense, em 18 de agôsto de 1965.

E o silêncio continuou, apesar da insistência do Senado, que, em 1º de agôsto de 1967, volta à presença do presidente da ABI e lhe pede uma palavra sôbre o Projeto Vasconcelos Torres, juntando, mais uma vez, um avulso da proposição.

Nessa mesma data, é expedido ofício ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, com o mesmo objetivo.

Em 14 de setembro de 1967, já esgotado, de muito, o prazo de 60 dias para a esperada resposta, volta esta Comissão ao Presidente da ABI, reiterando o desejo de ouvir a sua palavra sôbre o assunto.

Na mesma data, dirige-se, também, ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, por outro ofício, já que o primeiro não fôra respondido.

Em 16 de outubro de 1967, revelando o seu pensamento, pronuncia-se a Associação Liberal dos Jornalistas Graduados do Brasil, "constituída para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional dos jornalistas liberais — bacharéis em jornalismo, etc., etc."

E o seu parecer é pela aprovação do Projeto, que, segundo aduz, "atende plenamente ao nôvo espírito da profissão fundamentada nas leis e regulamentos que regem a formação de jornalismo em bases universitárias".

E conclui:

"O movimento de reação contra a criação da Ordem ou dos Conselhos de Jornalismo é de iniciativa de alguns profissionais mal orientados quanto aos objetivos da nova lei que, sem ferir direitos adquiridos, imprimirá à classe um alto sentido de dignidade, com responsabilidade inequívoca e definida."

Em 4 de outubro de 1967, chega a resposta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara, a qual conclui "contràriamente à proposição em tela".

No parecer elaborado pelo ex-Senador Mozart Lago, cuja incumbência lhe foi cometida pelo Departamento de Assistência Jurídica da entidade, lê-se:

"Em verdade não é nova a idéia da criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil, como assevera o nobre Senador que redigiu o Projeto nº 48, de 1965, na justificação com que lhe aumentou o brilho e patenteou o apreço o verdadeiro carinho que nutre pela imprensa e por quantos nela militam. Mas, também não é nova, pois que tem a mesma idade, por certo, a ogerisa dos jornalistas profissionais da Terra de Santa Cruz, em grande maioria, quase unânimemente, pela instituição da mencionada "Ordem" em nossa estremecida Pátria."

Em remate com algumas considerações do seguinte teor.

"Em todos os Congressos Nacionais de Jornalistas, inclusive no mais recente, em 1966, realizado no Estado do Paraná, em que a idéia da Ordem foi suscitada, a repulsa da esmagadora maioria dos congressistas amortalhou a iniciativa."

"Ante as eloqüentes "declarações de voto" acima transcritas com absoluta fidelidade, a juridicidade do "Projeto Vasconcelos Torres" não nos pode interessar, nem deve induzir o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara, a pronunciar-se pela aprovação do projeto."

"A impropriedade, e pois a inconveniência da "Ordem dos Jornalistas", embora moldada à Ordem dos Advogados do Brasil", ressalta gritante, do entendimento da quase unanimidade dos militantes da Imprensa em todo o território nacional, sustentada e demonstrada, exuberantemente, no decorrer de mais de 30 anos passados do instável regime democrático em que temos vivido.

"Reconsiderar, agora, o pensamento unissono da classe, neste momento ainda não tido como propício ao total restabelecimento da ordem jurídica que a Nação Brasileira já desfrutou e pela qual continua ansiosa, parece-me não só desaconselhável, mas até mesmo temeroso."

Vale ressaltar que permanecemos sem conhecer o pensamento da Associação Brasileira de Imprensa.

Mas, não devemos, entanto, só por isso, procastinar o exame do assunto, adiando indefinidamente o nosso parecer.

O nosso Regimento é claro quanto às atribuições desta Comissão.

Assim é que se lê no Artigo 86, letra "c", do Regimento:

"Opinar, obrigatòriamente, sôbre *constitucionalidade e juridicidade* de qualquer proposição sujeita ao pronunciamento do Senado, exceto os seguintes, em que sua audiência depende de deliberação do Plenário". (o grifo é nosso.)

Vamos, destarte, opinar sôbre a constitucionalidade e juridicidade do Projeto, assim como sôbre a sua conveniência.

O projeto é composto de trinta e oito artigos: alguns inconstitucionais, outros injurídicos e a maioria dêles cheia de falhas de ordem redacional e de técnica legislativa.

É inconstitucional o artigo 2º, pois dispõe que os bens, rendas e serviços da Ordem, criada pelo artigo 1º, gozarão "de isenção de impôsto e taxas, bem como franquia postal e telegráfica". Trata-se, evidentemente, de matéria financeira, sôbre a qual não cabe a iniciativa do Congresso Nacional.

A redação dos artigos 3º, 4º, 5º e 6º é defeituosa. O artigo 7º faz confusão entre "Regimento e Regulamento". O art. 8º diz que os Conselhos Regionais serão constituídos por onze (11) membros, enquanto o artigo 9º estabelece serem os mesmos "compostos de *cinco* membros, quando o Conselho tiver até cinqüenta jornalistas inscritos, de *dez* até cento e cinqüenta jornalistas inscritos, de *quinze* até trezentos inscritos e, finalmente, de *vinte e um* quando excedido êsse número".

O *caput* do artigo 10 está mal formulado, sendo o seu § 1º confuso e o § 2º não guarda correlação com outros itens existentes no projeto, além de não alcançarmos o objetivo de antes quando fala em mandato meramente "honorífico" para os membros dos Conselhos Regionais.

O artigo 20, § 4º, é de uma contradição óbvia, pois dispõe caber recurso da imposição de qualquer penalidade para o Conselho Federal, "sem efeito suspensivo, salvo os casos que o efeito será suspensivo".

O parágrafo único do artigo 28 contém, a nosso ver, inconstitucionalidade, quando dispõe que a apresentação dos documentos referidos no artigo — para exercer a profissão *no serviço público* — não dispensa a prestação do "respectivo concurso ou provas de habilitação quando êstes forem exigidos para o provimento dos mencionados cargos ou funções", pois, pela atual Constituição, o provimento dos cargos públicos "exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos" (§ 1º do art. 95), não sendo possível, portanto, que a Lei se refira, genèricamente, a "concurso ou provas de habilitação".

É, ainda, inconstitucional o art. 36 que permite, durante o período de organização do Conselho Federal, ao Presidente dêste requisitar o *material* e o pessoal necessário ao serviço: haverá *aumento de despesa* com material.

A proposição está eivada de inconstitucionalidades e injuridicidades, não conta com o apoio da classe, havendo manifesto desinterêsse da ABI que sôbre ela não quis opinar, portanto, mesmo reconhecendo os louváveis objetivos do Autor, não deve ser aprovada.

Parecer, pela rejeição.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 1968. — *Aloysio de Carvalho Filho*, Presidente em exercício. — *Aurelio Vianna*, Relator. — *Edmundo Levi*. — *Alvaro Maia*. — *Petronio Portela*. — *Antônio Carlos*. — *Menezes Pimentel*. — *Josaphat Marinho*.

Parecer nº 611, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, às emendas de plenário ao projeto de Lei do Senado nº 17, de 1967, que prevê o aproveitamento voluntário de candidatos habilitados em concurso públicos em cargos vagos de atribuições afins, para os quais não haja candidatos igualmente habilitados, e dá outras providências.

Relator: Senador Josaphat Marinho.

1. O presente projeto, de autoria do nobre Senador Paulo Sarasate, "prevê o aproveitamento voluntário de candidatos habilitados em concursos públicos em cargos vagos de atribuições afins, para os quais não haja candidatos igualmente habilitados".

Na apreciação inicial da matéria perante esta Comissão, deu-lhe parecer favorável o Senador Antonio Carlos, que foi vencido. Prevaleceu o voto do Senador Antônio Balbino, pela inconstitucionalidade do projeto, sobretudo em face da compreensão dada ao artigo 95 da Carta de 1967.

2. Salienta o voto vencedor que não se concilia "com o melhor entendimento da Constituição, antes de mais, a interpretação legal *extensiva* de que o concurso, nela previsto, possa habilitar quem o prestou para o provimento de *determinado cargo* a ser aproveitado em outro de qualquer natureza, ainda que seja de nível inferior. O concurso, no melhor entendimento constitucional, só habilita o concursado a ocupar, se aprovado, o cargo para cujo provimento êle foi aberto e que, expressamente, consta do edital". E depois de invocar o artigo 95, salienta: "se se atribuisse aos concursados para provas de nível superior a faculdade de preenchimento de cargos de nível inferior, desde que "afins, correlatos ou assemelhados", impedindo, inclusive, a realização dos concursos para os níveis inferiores, no fundo, na essência, o que se estaria era exigindo "maiores requisitos para o provimento dêsses níveis inferiores, trancando aos brasileiros que apenas a êles poderiam ter acesso a faculdade que a Constituição lhes assegura, enquanto os outros, classificados com graus menores nos concursos de nível mais alto, ficariam com um direito suplementar àquele para o qual se haviam habilitado".

Daí concluir o voto prevalecente que, não incluída como emenda ao texto constitucional, a matéria do projeto é irreconciliável com o sistema instituído, "por lhe contrariar, inequìvocamente, a intenção, e representar a possibilidade de tratamento desigual para os que queiram se habilitar ao provimento de qualquer cargo público".

3. As emendas apresentadas, também de autoria do Senador Paulo Sarasate, alteram o texto do projeto sem modificar-lhe, realmente, o alcance, ou seu objetivo principal.

De fato: a Emenda nº 1 apenas suprime no artigo 1º a cláusula final: "e sem prejuízo do direito de serem nomeados, quando atingida a respectiva classificação, para os cargos a que se tenham originàriamente habilitados". Mantém, pois, a norma de aproveitamento em cargo para que não foi habilitado, em concurso, o candidato.

A Emenda nº 2, ao artigo 2º, acrescenta sòmente a cláusula "durante cinco anos" como prazo dentro do qual não deverão ser abertas inscrições para concursos destinados aos cargos a cuja ocupação manifestem "desejo de aproveitamento" candidatos habilitados a situações diversas. Vale dizer que proíbe, pelo período de cinco anos, a realização de concursos para êsses cargos, em prejuízo de aspirações legítimas, que não devem ser obstadas pelos que se habilitaram a outras funções.

A Emenda nº 3 é aditiva de artigo, segundo o qual "o disposto nesta lei não se aplica aos cargos de nível universitário ou como tal, por qualquer forma, considerados". É, portanto, discriminatória a emenda, e em favor, precisamente, de grupos que dispõem de melhores condições de vida do que a generalidade dos que concorrem aos cargos da chamada burocracia administrativa.

4. Assim pôsto, é evidente que as emendas não desfazem as máculas de inconstitucionalidade apontadas no parecer ao projeto, e participam, antes, da natureza dêle. Mesmo a emenda de nº 3, por ser discriminatória, é prejudicial ao princípio de igual oportunidade, que se encerra, substancialmente, no artigo 95 da Constituição.

Opinamos, por êsses motivos, pela rejeição das emendas.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 1968. — *Aloysio de Carvalho Filho*, Presidente em exercício. — *Josaphat Marinho*, Relator. — *Aurelio Vianna*. — *Alvaro Maia*. — *Menezes Pimentel*. — *Petronio Portela*. — *Edmundo Levi*. — *Antônio Carlos*, vencido.

(*Victorino Freire*) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Vasconcelos Tôrres

Nº 727-68, ao Ministério da Agricultura;

Nº 729-68, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Nº 730-68, ao Ministério dos Transportes;

Nº 731-68, ao Ministério do Interior;

Nº 736-68, ao Ministério da Agricultura;

Nº 737-68, ao Ministério das Comunicações;

Nº 738-68 ao Ministério da Educação e Cultura;

Nº 740-68, ao Ministério da Indústria e Comércio;

Nº 741-68, ao Ministério das Minas e Energia;

Nº 743-68, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Nº 744-68, ao Ministério dos Transportes;

Nº 745-68, ao Ministério dos Transportes;

De autoria do Senador Lino de Mattos

Nº 751-68, ao Ministério da Agricultura;

Nº 752-68, ao Ministério Extraordinário para Ashuntas do Gabinete Civil;

Nº 753-68, ao Ministério da Aeronáutica;

Nº 754-68, ao Ministério das Comunicações;

Nº 755-68, ao Ministério da Educação e Cultura;
Nº 756-68, ao Ministério do Exército;
Nº 757-68, ao Ministério da Fazenda;
Nº 758-68, ao Ministério da Fazenda;
Nº 759-68, ao Ministério do Interior;
Nº 760-68, ao Ministério da Justiça;
Nº 761-68, ao Ministério da Marinha;
Nº 762-68, ao Ministério das Minas e Energia;
Nº 763-68, ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

De autoria do Senador Aarão Steinbruch

Nº 772-68 ao Ministério do Trabalho e Previdência Social;

De autoria do Senador Raul Giuberti

Nº 823-68, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social;

De autoria do Senador Adalberto Sena

Nº 830-68, ao Ministério Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil;

De autoria do Senador Pereira Diniz

Nº 831-68, do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — Sôbre a mesa projeto que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' o lido o seguinte.

Projeto de Lei do Senado Nº 78, de 1968

Proíbe a dispensa do empregado que haja reclamado, ou dado motivo a reclamação, administrativa ou judicial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os empregados que houverem reclamado ou derem motivo a reclamação, administrativa ou judicial, por inobservância dos preceitos da legislação do trabalho não poderão ser dispensados no prazo de um ano, sem justa causa.

Art. 2º A infração do artigo anterior terá como consequência a nulidade de despedida, ficando o empregador obrigado a pagar ao empregado os salários correspondentes ao período de afastamento ilegal do serviço.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de julho de 1968. — Senador *Josaphat Marinho*. — *Aurélio Vianna*. — *Péricles Pedro*. — *Mário Martins*. — *Edmundo Levi*. — *Lino de Mattos*.

Justificação

1 — Limita-se o projeto, em essência, a restabelecer o critério prudente dos Decretos ns. 24.561 (art. 16), 24.562 (art. 24), 24.634 (artigo 14) e 24.696 (art. 19), os dois primeiros de 3 e os seguintes de 10 e 12 de julho de 1934, respectivamente.

2 — A falta de incorporação do princípio ao texto da Consolidação das Leis do Trabalho foi omissão de consequências danosas para os empregados, quando não sejam estáveis. A supressão condenável criou essa terrível situação em que atualmente se encontram os empregados: renunciam ao direito de reclamação de horas extraordinárias — décimo terceiro mês — adicionais de periculosidade e insalubridade, e outras garantias — ou, do contrário — são dispensados.

Tornam-se assim *letra morta* os preceitos legais que enfàticamente outorgam direitos sociais aos trabalhadores, pois se encontram — de fato, em larga margem — impedidos de promover, pelos meios próprios, o reconhecimento das garantias proclamadas. Se não há segurança nem tranquilidade para o exercício do direito de reclamar, as vantagens que através dêle seriam asseguradas perdem seu alcance real.

3 — Tanto mais grave é o quadro porque o procedimento irregular se estende a emprêsas estatais. Assim, a Petrobrás, que assinalados serviços tem prestado ao desenvolvimento do País, inclusive pelo tratamento correto deferido a seus servidores, ingressou — lamentàvelmente, por êsse caminho tortuoso. Em discurso recente, mencionamos fato dessa natureza, ocorrido na Bahia.

4 — Para obstar ou dificultar o abuso, urge restabelecer a providência salutar contida nos diplomas citados da legislação do trabalho anterior à Consolidação.

E' o que consubstancia o projeto, proibindo a dispensa, no prazo de um ano, sem justa causa — de quem houver reclamado — ou dado motivo a reclamação.

5 — Não repetimos, por incontinente — a cláusula — constante dos decretos, segundo a qual os empregados deveriam reclamar "sob fundadas razões e obedientes às regras de disciplina e respeito". A exigência propiciará arguições malévolas — destinadas a prejudicar o direito do empregado, que, entretanto — pelo projeto — sòmente pode reclamar "por inobservância dos preceitos da legislação do trabalho". Demias, a presunção é que os reclamantes procederão com sobriedade e fundamentadamente, dada a própria natureza do processo, administrativo ou judicial. E ainda é de observar-se que ao órgão julgador cabe a direção e o saneamento do processo, inclusive para impedir excessos no procedimento das partes.

6 — Mas acrescentamos referncia à reclamação administrativa, pois esta é meio normal — igualmente — de pleitear o empregado garantias e vantagens, previstas em lei.

Em consequncia, da reclamação administrativa — tanto quanto da judicial, pode resultar a prática da despedida, que *deve ser evitada*.

7 — O projeto — portanto — além oportuno, e tem apoio — *também* — mas anteriores, é claramente justo e na Constituição, que assegura aos trabalhadores determinados direitos — "além de outros que, nos têrmos da lei, visem à melhoria de sua condição social". art. 158).

Sala das Sessões, em 18 de julho de 1968. — Senador *Josaphat Marinho*. — *Aurélio Vianna*. — *Péricles Pedro*. — *Mário Martins*. — *Edmundo Levi*. — *Lino de Mattos*.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — O projeto de lei será publicado e, em seguida, despachado às Comissões competentes. (*Pausa*).

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

Sr. Presidente, desejo comunicar a V. Exa. que fiz permuta com o nobre Senador Josaphat Marinho, pois S. Exa. tem importante discurso a pronunciar.

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — Com a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho, por cessão do eminente Senador Aurélio Vianna.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, agradeço ao nobre Líder Aurélio Vianna a bondade de ceder-me o momento de sua inscrição, de maneira que possa, não proferir o discurso importante a que S. Exa. se referiu, mas tecer alguns comentários a propósito da lavoura do cacau e de dificuldades ocorrentes, neste instante.

A doutrina e a experiência ensinam que todo processo de desenvolvimento, na medida possível, deve atender ao conjunto da economia. Assim se entende para evitar que, nesse processo de desenvolvimento, haja pontos de assinalável progresso e outros de redução, os chamados pontos de estrangulamento.

Por isso mesmo, é do interêsse da economia de cada país promotor de desenvolvimento de maneira que atinja, em proporções razoáveis, todas as regiões e, dentro delas, os seus produtos principais.

Sabem os nobres Srs. Senadores que o cacau embora já não esteja entre os primeiros, situa-se no quadro dos principais produtos da economia nacional.

Ocorre porém que há anos a produção de cacau decai. Só excepcionalmente, como se verificou em 1967, houve ponderável aumento da produção.

Também é certo que, naquele ano, houve uma perspectiva, que parecia constante, de elevação da cotação do cacau no mercado mundial. Gerou-se, em consequência, uma expectativa de largo crescimento nos sétores da economia cacaueira.

Essa expectativa tomou relêvo, no Brasil, especialmente na Bahia, que, como, não é estranho aos Senhores Senadores, tem a parte maior na produção do cacau.

Surpreendentemente, porém, verificou-se, neste ano de 1968, mudança radical em todo o quadro da lavoura cacaueira baiana. O temporão caiu de produção em cêrca de 60%, e a própria safra sofre uma redução enormemente prejudicial à economia da região, e, em consequência, à economia do Estado e do país.

Diante da diminuição ocorrida na produção do temporão e na da safra propriamente dita, estima-se que, em conjunto, a safra de 1968 corresponderá, apenas, a cêrca de 50% da safra de 1967.

Ainda há pouco cuidadoso representante do Sindicato Rural de Itabuna elaborou para o Conselho Consultivo dos Produtos de Cacau, interessante estudo em que examina todos êsses aspectos, senão rigorosamente de crise, pelo menos, de perspectiva de desânimo, para a região Sul da Bahia. E, no desdobramento dêsse trabalho, referindo-se às diferentes circunstâncias, inclusive às de ordem climática, que determinaram a queda da produção, observa que, em têrmos comparativos com o ano de 1967, haverá uma diferença de mais de 1 milhão de sacas e um desfalque financeiro da ordem de oitenta bilhões de cruzeiros antivos.

Podem os ilustres Senadores verificar, por êsses dados de comparação aproximativa, quanto é grave a situação que se esboça na região cacaueira Bahia, com repercussão manifesta na economia do Estado, e, em decorrência, na pauta de exportação do País.

Acresce para gerar maiores dificuldades, que, como é normal, vários produtores, vendendo por antecipação sua safra, ficam, quase sempre, na dependência de entrega, de um ano para outro, de determinado volume de produção vendida. Quando ocorre, portanto, uma queda inesperada na safra, o produtor, além de sofrer uma redução da sua capacidade financeira, experimenta dificuldades quanto ao cumprimento de obrigações resultantes de contratos anteriores.

E' esta a situação delineada em tôda a região cacaueira da Bahia, Sr. Presidente, e assinalo a particularidade exatamente para demonstrar que, de regra, as dificuldades ou as limitações se verificam em determinados pontos da área produtora. Esses fenômenos quase nunca atingem o conjunto do território produtor.

Neste ano de 1968, porém, as circunstâncias prejudiciais estão abrangendo todos os pontos essenciais de produção de cacau. As condições climáticas desfavoráveis, excepcionalmente, atingem as diferentes áreas do Estado produtoras do cacau.

Ainda, cumpre salientar, como fator de agravamento da situação, que, embora se houvesse previsto, em 1967, uma elevação gradual e constante do preço do produto, tal não se está operando no ano de 1968. As cotações não estão correspondente às previsões de 1967. Há, portanto, um declínio de ordem geral, visto que abrangendo, a um tempo, o volume da produção e a cotação no mercado internacional.

Como se tudo não bastasse verifica-se ainda que, de nôvo, não chegaram os países produtores e consumidores a entendimento definitivo na Conferência, há pouco realizada, para a renovação do Convênio sôbre o Cacau. As divergências se renovaram entre diferentes países, alongando-se, outra vez, a solução definitiva que conduziria à celebração do convênio entre países produtores e consumidores.

Diante de tôdas essas circunstâncias, a região cacaueira da Bahia experimenta, neste instante, uma expectativa de desânimo, agravada pela particularidade de que ainda não se processou, em têrmos devidos, a renovação dos cacauais.

Essa particularidade é de extrema importância, visto que a CEPLAC, ou seja o órgão técnico criado pelo Govêrno para dar assistência à lavoura, ela mesma tem reconhecido que cêrca de 60% das lavouras estão em fase de decadência.

Sobrevêm, assim, circunstâncias ocasionais, prejudiciais à produção quando esta normalmente já tende a decair, por efeito da idade ou do tipo dos cacauais existentes.

E' certo que a CEPLAC, se tem cometido desvios em seu procedimento, serviços ponderáveis vem prestando à lavoura.

Essencial, neste instante, Sr. Presidente — e êste é o objetivo da minha presença na tribuna — essencial é que o Govêrno Federal junte seus esforços aos do Govêrno Estadual, de maneira que, pela conjugação de atividades eficientes, a lavoura cacaueira seja prontamente assistida.

Não é próprio enumerar, aqui, as providências que possam ou devam ser adotadas pelos Governos. Há problemas econômicos e de técnica financeira que deverão orientar-lhes o procedimento. Cumpre, porém, acentuar a necessidade de que os órgãos adequados vão ao encontro das necessidades da economia do cacau, pois que se trata de produto que ainda é dos principais, na pauta da exportação do país. (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — Tem a palavra o Sr. Senador Paulo Tôrres.

O SR. PAULO TÔRRES:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, afirmava o grande escritor francês Victor Hugo que há momentos na vida dos homens em que, por mais erectos que estejam seus corpos, a sua alma está sempre de joelhos.

E' pois, Sr. Presidente, com a alma nesta postura que, em nome da Aliança Renovadora Nacional, venho, neste 18 de julho de 1968 render o nosso preito de homenagem, de reconheci-

mento e de saudade, ao ínclito brasileiro desaparecido precisamente, há um ano — o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

O destino, Sr. Presidente, quis que êsse eminente cidadão desaparecesse sob os céus da terra gloriosa onde nasceu: o Estado do Ceará.

"O Globo" de hoje, em seu editorial, traça, magistralmente, a vida do excelso brasileiro.

Afirma.

(*Lendo*):

"LEGADO

"Não estamos preocupados com a história", disse Castello Branco em junho de 1964. Por certo respondia a uma acusação" que marcaria todo o período em que se colocou em diálogo direto com a História.

Certamente Castello, o Presidente, sempre estêve preocupado com a História. Se os estadistas fôssem catalogados por meio dessas perguntas — (1) o que vou dizer a História, (2) o que a História vai dizer de mim? — Humberto de Alencar Castello Branco teria de ser classificado entre os do segundo tipo.

Pode-se mesmo afirmar que o grande brasileiro teria dito ainda mais à História se não o torturasse aquela angústia da pergunta 2. O seu legado político — dos mais fecundos — seria maior se em determinados momentos cruciais alguém houvesse espatifado o espelho da História que êle manteve sempre pendurado na parede do seu quarto.

Saudando Charles de Gaulle, Castello Branco entreabriria uma janela sôbre o seu mundo interior, ao declarar: "E'-me grato assinalar que nos dias incertos da Guerra estêve o Brasil entre os primeiros a reconhecerem em Vossa Excelência a verdadeira encarnação da França. Na realidade antecipávamos à História".

Aí estão duas chaves para desvendar o universo castelista: a idéia de que o homem público tem de ser "a verdadeira encarnação" do seu povo, e o júbilo de quem pôde antecipar-se ao julgamento da História. Quase não houve ato de Castelo Branco, em seus mil dias atormentados, que não satisfizesse a essas duas coordenadas.

Dessa angústia permanente brotou a falta de naturalidade de alguns de seus gestos e decisões. A obsedante ortodoxia do futuro deformou em determinados momentos o correto diagnóstico do presente. O ano e meio que perdeu antes de resolver derrubar a velha e artificial estrutura político-partidária deveu-se por certo à troca do binóculo do quotidiano pelo telescópio da História.

Castello Branco, assim amarrado a tão fundos compromissos, não foi intolerante, não descambou para o fanatismo. Soube ser implacável; mas só consigo próprio. Não conhecemos, em nossa história, outro governante que adotasse uma "linha" tão dura em relação à própria pessoa. Quando puniu adversários, amparou o homem punido. Numa época de inevitável repressão, deu ênfase à reforma, à criação. Ninguém dirá que foi carcereiro. Até os inimigos mais terríveis nêle identificam sobretudo o reformador, o dono de um estilo.

Em festejada distinção que estabeleceu entre o estadista e o político, Jaspers afirma que o primeiro opera com a mudança do homem, isto é, plasma, ou transforma nações sem permitir a própria deificação; pois, se esta ocorresse, parisionaria, em vez de libertar, as energias criadoras de um povo. "Os políticos", escreveu Jaspers, "movem-se caóticamente no efêmero; escrevem história na areia movediça; o estadista opera com a continuidade da história para encontrar coisas que durem".

Há um ano morria Humberto de Alencar Castello Branco. Costa e Silva, amigo e companheiro, assim reagiu à notícia da tragédia: "Como chefe do segundo Govêrno da Revolução tenho a dizer que, de minhas mãos, não cairá a bandeira que juntos desfraldamos, durante três anos de tormenta, para salvar o país de um naufrágio".

Sr. Presidente, recebi a missão do Partido a que pertenço, como uma honra para mim, pois, tive o privilégio de conviver durante quarenta anos, com aquele homem que, em 31 de março, empunhou a bandeira da Revolução, desfraldada, em Minas, por aquelas senhoras que rezavam, pedindo a Deus para unir a todos os brasileiros, a fim de salvar esta pátria do caos.

Conheci-o, Sr. Presidente principalmente, nos campos enlameados da Itália, ocasião em que pude verificar o seu denôdo, o seu patriotismo, a sua tenacidade, a sua cultura e a sua inteligência, qualidades estas postas a serviço da Pátria e para o bem da liberdade.

Quis o destino, alguns anos antes, que sua saudosa espôsa, D. Argentina, fôsse chamada ao reino dos céus, talvez para esperá-lo quando êle lá chegasse, como ocorreu naquela manhã trágica dos céus do Ceará.

Morreu como devia morrer, mas não quando deveria sucumbir. Hoje, o grande Estadista está fazendo falta ao País. Os ensinamentos, que colheu como ex-Presidente da República, poderiam — por certo — orientar aquêles que, atualmente, dirigem os destinos de nossa Pátria.

Eis, pois, Sr. Presidente, as palavras com que Castello Branco se dirigiu aos Srs. Congressistas e aos Senhores Ministros, no dia 15 de março de 1967: (*lê*)

> "Assumi o Govêrno num instante em que a economia do País definhava por falta de estímulos e as instituições eram impotentes para reagir ao desafio político. O País, até a revolução, vivia sob muitos impasses: o fiscal, o cambial, o habitacional, na política mineral, o rural, nos serviços de infra-estrutura, o sindical, o militar, o estudantil e na política internacional.
>
> "Todos no conjunto visavam à desagregação das instituições políticas, para o solapamento das bases do regime".

E, finalizando, êle assegurava:

> "Entrego ao meu sucessor um País organizado, cheio de opções e não como o recebi. Não quis, nem usei o poder como instrumento de prepotência".

Sr. Presidente, em 18 de julho do ano passado o Brasil ficava mais pobre pois desaparecia Humberto de Alencar Castello Branco (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — A Mesa associa-se à homenagem que acaba de ser prestada à memória do saudoso Presidente Castello Branco, no transcurso do primeiro aniversário do seu trágico falecimento.

Tôda a Nação, estou certo, no dia de hoje, reverência a memória do grande soldado que tantos serviços lhe prestou numa fase conturbada e cheia de riscos da vida nacional.

O SR. PRESIDENTE:

(*Victorino Freire*) — Não há mais oradores inscritos.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(*Vitorino Freire*) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, está havendo uma greve operária no Estado de São Paulo e que vem merecendo os maiores comentários da imprensa. — a greve iniciada por moços operários que reivindicam salários melhores e um tratamento mais humano.

A greve, como vem sendo conduzida, e legítima. Para Agamenon Magalhães a greve é um direito natural de que usam as classes em desespero, visando a melhoria das suas condições de vida; e, como um direito natural que é, defendia o ex-Ministro do Govêrno Getúlio Vargas, não deveria ser regulamentada. Explodiria, quando houvesse condições para tanto, que regulada, quer não regulada, quer inscrita na Constituição, quer na Constituição êste direito, não estivesse inscritos.

A greve é sintoma de uma anormalidade. Ela revela uma situação geralmente de desespero da parte daqueles que a deflagram. Há autores que distinguem a greve reivindicatória, de natureza econômica da greve de natureza política. Os operários de São Paulo entraram em greve por quê?

Em quase todo o mundo trabalhadores estão em greve, reivindicando por salários que façam face ao custo da vida, às despesas necessárias à manutenção da família de cada qual. E o Brasil não é uma exceção. O poder de compra do assalariado diminui visivelmente. Não há argumentos que destruam a tese de que os salários atuais não permitem, aos trabalhadores, uma vida digna de ser vivida.

E quando a Igreja, através dos manifestos de muitos dos seus representantes, revela a situação em que os operários brasileiros se encontram, e apoia as suas justas reivindicações, toma posição cristã, posição coerente com a doutrina do genuíno e verdadeiro cristianismo, é a prova de que a greve deflagrada, em São Paulo, não é de natureza agitacionista, pura e simplesmente agitacionista.

Fazer greve, para impedir o desenvolvimento do País, não é o objetivo daqueles operários de São Paulo, e o próprio General Lisboa, Comandante do II Exército, em São Paulo, prestou esta declaração publicada no "Jornal do Brasil", de hoje:

> "São Paulo está calmo. Posso assegurar que há absoluta tranqüilidade no Estado de São Paulo" — afirmou ontem o General Manuel de Carvalho Lisboa, ao tomar posse, ràpidamente, no cargo de presidente do Clube Militar, que vinha sendo exercido, por procuração, pelo General Leontino Nunes de Andrade, primeiro vice-presidente."

O Sr. Josaphat Marinho — Permite um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Compare V. Exª essa declaração do Chefe Militar de São Paulo, de que ali há plena tranqüilidade e de que a ordem pública está assegurada, com a referência constante na nota de ontem da Presidência da República, segundo a qual o País se encontra em estado contra-revolucionário.

O SR. AURÉLIO VIANNA — V. Exª como que completou o nosso pensamento. Era a comparação que nós iríamos fazer. Então, está mal informado o Chefe da Nação porque a contradição é flagrante. E note-se um fato muito interessante. O General Lisboa, mais adiante, diz, sôbre declarações que lhe foram atribuídas, recentemente, pela imprensa, que eram absolutamente improcedentes."

Então, êle desmente certo noticiário, que colocava a sua posição noutra área. Êle não vê perturbação nem conturbação da ordem no Estado de São Paulo. E vê como fato natural, deduz-se, infere-se em face de suas declarações, uma greve deflagrada por operários, reivindicando melhores condições de vida.

O que nós temos dito, mais de uma vez, não generalizando porque seria uma estultícia, é que a imprensa, muitas vêzes, informa e, às vêzes, é mal informada. Não confundamos imprensa que deve ser livre e continuar livre, com todo o poder de informar, com algumas informações, que são transferidas, mal conduzidas.

Quando se diz que, sistemàticamente, a imprensa distorce as notícias e as palavras, não se pode aceitar tal declaração porque só um inconsciente declararia peremptória e claramente que, sistemàticamente, a imprensa distorce os fatos, deturpando-os. E vem a pêlo tocar-se no assunto, porque, quando nós desejamos informar para esclarecer, e denunciamentos distorções que não são sistemáticas, e se aspeiam as palavras não atribuídas, então, aí se faz uma distorção.

Sr. Presidente, voltemos ao assunto, que é o que importa.

As notas taquigráficas respondem pela veracidade de quaisquer informações nossas, de quaisquer declarações nossa, de qualquer um de nós.

O que revelam os acontecimentos de São Paulo, no campo operário, é que o poder de compra da massa assalariada brasileira, diminui. E aquêles que percebem salários mais altos no Brasil estão verificando, grandemente preocupados, êsse fato. E nenhuma ameaça pode eliminar o fato em si.

Não é a violência que vai fazer com que o poder de compra de qualquer trabalhador aumente. Não é a violência que vai convencer a um homem que ganha, que percebe salários parcos, com o preço das mercadorias que ascendem cada dia, que a sua situação é boa.

Mesmo que, pela violência, forçado por essa circunstância, o homem declarasse que as suas condições seriam boas, os fatos o desmenteriam.

O Sr Josaphat Marinho — Permite V. Exª uma intervenção?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — E ainda mais: tanto não é a violência a medida apta a resolver o caso que a polícia de São Paulo interferiu para forçar a desocupação das primeiras fábricas e os jornais de hoje estão anunciando que a greve se alastra.

O SR. AURÉLIO VIANNA — É claro. É como aquêle direito natural à vida a que se referia, antanho, o ex-Ministro do Trabalho, do Sr. Getúlio Vargas, Agamenon Magalhães. V. Exª mesmo, Senador Josaphat Marinho, hoje registrou o que está ocorrendo o povo baiano, e que pode levar a economia do seu Estado a uma situação cada vez mais séria e grave — a questão do cacau. E, por via de conseqüência, a grave situação que atravessa a economia cacaueira do Estado reflete-se no resto do País, porque um dos produtos que dão divisas ao nosso País e que ajudam de sustentação à nossa economia, em bora incipiente. Mas uma medida de que valeria o problema? Uma medida inteligente e corajosa, sim: uma medida de fôrça revelaria incapacidade para a solução do grande, do grave problema que atinge o seu Estado.

O caso da Guanabara é o mesmo. Quando o Govêrno lhe cortou mais de 70 milhões de cruzeiros novos, que àquele Estado é devido, essa medida

violenta não concorre, de maneira nenhuma, para o desenvolvimento daquele Estado e a solução de seus cruciais problemas. Pelo contrário, os problemas se agravam, desde os problemas de saúde de seu povo, até os problemas educativos, desde o curso primário passando pelo elementar, até o curso superior.

Sr. Presidente, o jornalista Danton Jobim, que sempre vem sendo considerado como um dos que mais se comportam dentro de uma área de puro equilíbrio, hoje comenta uma notícia de um grande jornal dêste país sôbre o que apuraram os serviços de segurança do Govêrno de São Paulo.

Qual a apuraçao?

(*Lendo*)

"Os serviços de segurança do Govêrno de São Paulo chegaram à conclusão de que os atos de terrorismo, praticados na Capital bandeirante, são da exclusiva responsabilidade de grupos da direita" — entre aspas.

E êsse jornalista comenta:

(*Lendo*)

"A informação se publicou num grande matutino carioca. Se não pomos a "mão no fogo" pela sua veracidade, também nao podemos descartar a hipótese de que elementos fascistizantes estejam querendo reviver as façanhas do famigerado MAC."

Liguem-se essas denúncias às declarações do *Ministro do Trabalho*, o Coronel Jarbas Passarinho, e chegaremos à conclusão de que é mesmo possível que muito da denominada agitação, em certas áeras do Brasil, seja pré-fabricada por elementos da direita. Interessados em que? — Em levar o País a uma ditadura parafascista.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — E há de considerar-se essa notícia tanto mais cuidadosamente quanto os precedentes, no Brasil, são de planos fascistas para tomada do poder. Assim foi o Plano Cohen, em 1937.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exato.

Nós, democratas por convicção, não aceitamos o terrórismo como norma de luta para a conquista do poder. Mas, se não aceitamos o terrorismo de elementos desesperados da extrema esquerda, também não podemos aceitar o terrorismo insuflado, preparado e executado por elementos de extrema direita. Terrorismo é terrorismo.

Uma concentração pública é terrorismo?

Ontem, eu ouvia um debate muito interessante numa roda de Senadores, em que um dos participantes era o Senador Josaphat Marinho, sôbre a proibição das passeatas.

Pode o Govêrno proibir que uma passeata se realize? Pode. As leis lhe dão faculdade para isto? Sim. Em têrmos, em determinadas condições.

O Govêrno pode, pela Constituição vigente, proibir tôdas as passeatas. A diferença aí está: proibir qualquer concentração, qualquer reunião, sem análise, sem provas concretas que motivassem essa proibição? E' aí quando se opõe o democrata a qualquer medida de exceção nesse sentido.

Senhor Presidente, relembra o jornalista Dalton Jobim a célebre frase pronunciada por Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, nos idos tempos de 1930. Naquele tempo havia inquietação, havia crise, havia conturbação dos espíritos. Naquele tempo havia homens como êsse Andrada que jogou uma frase que o tornou célebre naquele instante: "Façamos a Revolução antes que o povo a faça!"

Nunca foi tão apropriada esta frase. Nunca seria tão apropriada, hoje, também. "Façamos a revolução, antes que o povo a faça"!

Os revolucionários propuseram fazer uma revolução no Brasil. Não foi feita.

Revolução revolve, altera estruturas, modifica, afasta o lixo do velho e coloca no seu lugar o nôvo. E' um sistema que substitui outro sistema.

Revolução! Façamo-la. Revolução universitária. Mais do que universitária, educativa, no seu total, desde o primário até o curso superior.

Se há uma lei agrária que favorece uma modificação na estrutura e exploração da terra, que se ponha em prática essa lei, inexoràvelmente, imediatamente e urgentemente.

Se o País está estrangulado e os tentáculos vêm de fora para dentro, se enlaçam vindo de longe, eliminemos êsses tentáculos do grande povo interessado em que a nossa economia não se estruture em outras bases, em que a emancipação nacional não se faça. Pela eliminação dos tentáculos, ter-se-ia feito uma revolução. Revolução dentro da ordem, revolução por consentimento pode ser feita? Pode e deve.

Senhor Presidente, revolução com liberdade e liberdade com responsabilidade. O que desejamos, sinceramente, é que se encontre uma saída para a crise, que é de confiança, como no passado, crise de falta de decisões no campo objetivo das medidas que se devem tomar para que o País dela possa sair.

Tenho certeza de que, se há um povo preparado para, dentro dos quadros democráticos, apoiar uma revolução no seu sentido social, mas legítimo, êste povo é o brasileiro.

Vamos dizer que o povo brasileiro está satisfeito, hoje, com aquêle decreto sôbre a plataforma submarina, que permite que estrangeiros a explorem?

Mas isto não é revolução, nem ato revolucionário. Nós sabemos que há petróleo em nossa plataforma submarina, há grandes riquezas na nossa plataforma submarina, tôdas elas inexploradas. Defendê-las não entregá-la a terceiros, mesmo condicionalmente, porque todos os povos defendem, hoje, a sua plataforma submarina, defendem as suas riquezas, que devem ser exploradas para o seu desenvolvimento, para a sua emancipação econômica, política e social.

Só deseja turbação da ordem, no Brasil, quem está do lado negativo.

Só deseja que o País mergulhe na anarquia quem deseja, concomitantemente, que o Brasil não se desenvolva, não encontre o seu caminho. O Congresso Nacional, sensível aos anseios populares, clama e pede ao Executivo Federal que inicie o ciclo das grandes reformas. Terá apoio da juventude. Terá apoio da juventude das escolas, da juventude operária, da juventude militar e de todo o povo brasileiro, que é espiritualmente jovem.

Eram, Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas palavras que desejávamos pronunciar, em nome do nosso partido, visando a uma compreensão, a um entendimento dos problemas que angustiam a Nação brasileira.

Ninguém, hoje, pode se salvar senão através de medidas heróicas, e as medidas heróicas são aquelas que substituem as velhas estruturas, deterioradas e carcomidas pelas novas e boas estruturas. São aquelas medidas que dão vida às Universidades, às escolas, que fornecem a mão de obra especializada, para que o País sôbre elas construa um edifício indestrutível de progresso, de desenvolvimento, de estabilidade econômica, cultural, social e política.

Não perdemos a esperança no nosso País, que, apesar de tudo, vem resistindo a tôdas as procelas, a tôdas as tempestades. Uno, indiviso, continua e continuará. Cumprirá o seu destino histórico de apoiar sempre as reivindicações dos fracos, como fêz, em Haia, nos tempos idos, com Rui Barbosa à frente da nossa civilização. O direito dos fracos à vida, o direito dos fracos à fôrça econômica, política e social; o direito dos fracos de se dirigirem a si mesmos, sem intervenção estranha; o direito dos fracos de se constituirem numa fôrça equilibrada e de equilíbrio, numa fôrça efetiva. E o Brasil não fugirá ao seu destino. E' um milagre, no mundo, a existência de um país, de proporções continentais como o nosso, com 90 milhões de habitantes que, atravessando crises sucessivas desde o descobrimento até agora, não se dividiu, não se fragmentou. E não se dividirá, e não se fragmentará.

Lembro-me, para terminar, Sr. Presidente, da revolução de 32. Espalhava-se que São Paulo queria separar-se do Brasil. Eu tinha os meus 13 anos e meio para 14 anos; meu irmão era mais nôvo do que eu. Estudantes, ginasianos, pegamos em armas, vestimos a farda. Como estudantes, tínhamos o direito de usar divisas de sargento e, como sargentos, meninos, descemos. Ao nosso lado, viamos uma verdadeira legião de rapazolas. Em ondas, chegamos a São Paulo.

Por quê? A propaganda dizia que São Paulo desejava separar-se do resto do Brasil, constituindo-se numa república à parte, ao lado do Estado de Mato Grosso. Nós, nordestinos e nortistas, partimos das nossas regiões e gaúchos, catarinenses e paranaenses partiram de lá. Contra são Paulo?

Partimos para lutar, a fim de que São Paulo e Mato Grosso não se separassem do Brasil. São Paulo queria a constitucionalização do País e nós fomos envenenados por outra propaganda. Assim, partimos, porque não admitíamos, de maneira nenhuma, um Brasil sem São Paulo. Porque São Paulo era, como é hoje ainda, o mais desenvolvido Estado do Brasil? Não! Porque também não admitíamos o Brasil sem Mato Grosso, um dos Estados menos desenvolvidos, naquele tempo e agora. E' êste o espírito bem vivo do povo brasileiro. E' êste o nacionalismo chamado nativista que preserva a unidade dêste País e a preservará até o fim.

Sr. Presidente, que entendam os responsáveis pelo destino dêste País, no momento, o que se processa na alma do brasileiro e que tomem aquelas medidas coerentes, fruto do entendimento e da análise dos problemas nacionais, aquelas medidas corajosas de insubordinação a quem deseja ditar a conduta do nosso País em todos os seus campos, não sendo parte integrante da nossa coletividade. Que se tomem as medidas imediatas para que volte às mãos de brasileiros, às mãos do Estado aquêle quinto do território nacional que se encontra em mãos de estrangeiros. Não porque sejamos jacobinos, não porque sejamos xenófobos, porque o estrangeiro que vem para o Brasil — e é uma tese que vem sendo defendida por muitos, inclusive por Barbosa Lima Sobrinho — para ficar, dedicando-se ao desenvolvimento do País, trazendo a sua riqueza para formar novas riquezas dentro do País, êsse estrangeiro que se integra conosco é benvindo, torna-se um dos nossos. Mas, fala-se daqueles que apenas querem a usar e abusar das riquezas de nosso País, transferindo-as, esgotando-as, eliminando possibilidades de progresso e de desenvolvimento. Fala-se, rejeita-se o capital de ocupação. Nenhum povo independente o aceita hoje. E o nosso povo, como povo, independente é.

Sr. Presidente, desejo sejam reestruturados todos êsses problemas e não entro mais no mérito dêles, porque ontem foram magistralmente expostos em nome do nosso partido pelo nobre Senador Josaphat Marinho.

Mas, esperamos, sinceramente, como todo o povo brasileiro espera, que esta frase do General Lisboa, quando reconhcee que São Paulo está calmo, seja aceita e que então possamos sair desta tese negativista, de um subdesenvolvimento para o qual não há solução, para a tese positiva de que há solução e quando a quisermos. E chegou o momento de a querermos. (*Muito bem; muito bem.*)

COMPARECEM MAIS OS SRS.:

Senadores:

Edmundo Levi.
Milton Trindade.
Lobão da Silveira.
Sebastião Archer.
Petrônio Portela.
Sigefredo Pacheco.
Dinarte Mariz.
Arnon de Mello.
Eduardo Catalão.
Vasconcelos Tôrres.
Gilberto Marinho.
Lino de Mattos.
Pedro Ludovico.
Antônio Carlos.

O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — Tôda a matéria da Ordem do Dia de hoje está em fase de votação. Não há *quorum*. Portanto, essa matéria fica adiada para a Ordem do Dia da sessão de amanhã.

Não há mais oradores inscritos. (*Pausa.*)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 47, de 1968 — Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1968 (oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 555-68), que torna sem efeito a Resolução nº 83, de 1967.

Requerimento nº 725, de 1968 — Votação, em turno único, do Requerimento nº 725, de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Banco Central, informações sôbre o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE).

Requerimento nº 848, de 1968. — Votação, em turno único, do Requerimento nº 848, de 1968, pelo qual o Sr. Senador Dylton Costa solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sôbre os estabelecimentos bancários que, de cinco anos a esta data, entraram em regime de liquidação, e faz outras indagações.

O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — Está encerrada a sessão.

(*Encerra-se a sessão às 15 horas e 55 minutos*).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Concurso Público para Oficial Bibliotecário

Acham-se prorrogadas até dia 31 dêste as inscrições do concurso público para preenchimento de cargos de Oficial Bibliotecário do Quadro da Secretária do Senado Federal. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal.

Dias: 18 e 19-6-68.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 1968

As dez horas do dia dezesseis de julho de mil novecentos e sessentae oito, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Aloysio de Carvalho, Vice-Presidente no exercício da presidência, presentes os Senhores Senadores Edmundo Levi, Petrônio Portela, Josaphat Marinho, Álvaro Maia, Menezes Pimentel, Lobão da Silveira, Aurélio Vianna, Antônio Carlos e Arthur Virgílio, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Milton Campos, Eurico Rezende, Wilson Gonçalves, Carlos Lindenberg e Bezerra Neto.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente.

Instalados os trabalhos, o Senhor Senador Aloysio de Carvalho comunica à Comissão que a ausência do Senador Milton Campos, Presidente dêste Órgão, é motivada pela perda que acaba de sofrer com a morte súbita de um de seus filhos. Como esta é a primeira reunião que se realiza após o acontecimento, solicita autorização para passar um telegrama, em nome da Comissão, ao Senador Milton Campos, apresentando condolências. Todos os membros concordam com o Presidente em exercício.

Passando à pauta dos trabalho, é dada a palavra ao Senhor Senador Álvaro Maia que relata os seguintes projetos: pela constitucionalidade do substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara n 10-68 — Dispõe sôbre a contagem de tempo de serviço dos funcionários e dá outras providências, concluindo pela audiência da Comissão de Legislação Social e apresentando uma subemenda; pela constitucionalidade e audiência da Comissão de Legislação Social do Projeto de Lei do Senado nº 65-68. Dispõe sôbre o fornecimento obrigatório de café matinal gratuito aos empregados, por emprêsas individuais ou coletivas, contando mais de dez funcionários; pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 32-68 — Dispõe sôbre a contagem em dôbro, para fins de aposentadoria, do tempo de serviço militar prestado, em operações de guerra, pelos ex-combatentes, segurados da previdência social brasileira.

Submetidos os pareceres à discussão e votação são aprovados. Quanto ao Projeto de Lei do Senado n.º 39-68 — Dispõe sôbre a inclusão de funcionários no Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações é concedida vista ao Senhor Senador Petrônio Portela.

A seguir, o Senhor Senador Aurélio Vianna lê seu parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 48-65, — que cria a Ordem dos Jornalistas do Brasil e dá outras providências, concluindo pela inconstitucionalidade e injuridicidade. O parecer é aprovado por unanimidade.

O Senhor Senador Josaphat Marinho apresenta parecer contrário às emendas apresentadas, em Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 17-67 — que prevê o aproveitamento voluntário de candidatos habilitados em conclusão público em cargos vagos de atribuições afins, para os quais não haja candidatos igualmente habilitados. Submetido à discussão a votação é aprovado, vencido Senador Antônio Carlos.

ATAS DAS COMISSÕES

Prosseguindo os trabalhos é concedida a palavra ao Senhor Senador Edmundo Levi que relata o Projeto de Lei do Senado nº 26-68 — Que fixa o entendimento da expressão "indenizações trabalhistas" nos textos legais que menciona, concluindo pela sua constitucionalidade com emenda substitutiva. O parecer é aprovado, sem quaisquer restrições.

O Senhor Presidente comunica que vai se passar a apreciação da Mensagem nº 234-68, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Bacharel Hervandil Fagundes, para exercer o cargo de Juiz Federal no Rio Grande do Sul. Nos têrmos regimentais a sessão torna-se Secreta.

Reaberta a reunião, e nada mais havendo a tratar, é encerrada, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

1ª REUNIÃO, DA CONCOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 1968

Às 15 horas do dia 16 de julho de 1968, na Sala da Comissão de Finanças, sob a presidência do Sr. José Ermírio, presentes os Srs. José Leite, Manoel Villaça, Sigefredo Pacheco, Arthur Virgílio, Lobão da Silveira, Teotônio Vilela, Petrônio Portela, Mello Braga e Paulo Tôrres, reune-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. João Cleofas, Mem de Sá, Leandro Maciel, Clodomir Millet, Adolpho Franco, Carvalho Pinto, Fernando Corrêa, Júlio Leite, Argemiro de Figueiredo, Bezerra Neto e Pessôa de Queiroz.

São lidos e aprovados os seguintes pareceres:

Pelo Sr. José Leite

favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1968, que manda emitir selos comemorativos do terceiro centenário da Cidade de Manaus; e

contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 357, de 1953, que cria uma Contadoria Seccional junto à Estrada de Ferro Mossoró-Sousa, no Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

Pelo Sr. Manoel Villaça

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 1968, que isenta do impôsto de importação e do impôsto sôbre produtos industrializados material doado à Igreja Metodista Central de Belo Horizonte; e

audiência da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Serviço de Asistência a Menores — o crédito especial de ..... Cr$ 2.000.000,00, destinado à conclusão das obras do Patronato Agrícola e Industrial (PAI), na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais.

Pelo Sr. Paulo Tôrres

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1968, que concede isenção de impôsto de importação paar equipamentos de produção cinematográfica

Pelo Sr. Mello Braga

audiência da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1958, que prorroga o prazo para abertura do crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros antigos), de que trata a Lei nº 2.925, de 21 de outubro de 1956 para a reconstituição dos edifícios em que funcionam as obras educacionais da Paróquia de Iraputã, Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

ATA DA 6ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 17 DE JULHO DE 1968

EXTRAORDINÁRIA

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia dezessete de julho de mil novecentos e sesenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Tôrres, Presidente; presentes os Senhores Senadores Oscar Passos, Ney Braga e Sebastião Archer, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional do Senado Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Guiomard, Lobão da Silveira, José Cândido e Mário Martins.

É dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, e a mesma é tida como aprovada pea Comissão.

Em prosseguimento, o Sr. Presidente anunciou que o item único da pauta é o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1968 (nº 63-B-68, na Câmara), que "aprova o Tratado sôbre Princípios Regulamentadores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes, adotado pela Assembléia das Nações Unidas em 19 de dezembro de 1966", e concede a palavra ao Senhor Senador Oscar Passos, Relator designado.

O Sr. Senador Oscar Passos tece considerações sôbre a Matéria, concluindo por oferecer Parecer favorável a mesma.

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente declara em votação o Parecer, que é aprovado por unanimidade pelos presentes.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião; para constar, eu Mario Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente — Senador *Paulo Tôrres*.

Comissão Mista incumbida do Estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

ANEXO DA ATA DA 5.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 1968.

Integra do apanhamento taquigráfico da Reunião

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Fernando Corrêa*) — Havendo número legal, está aberta a sessão.

A presente reunião está convocada para ouvirmos o Dr. Benedicto Fonseca Moreira, Diretor da CACEX, que dará seu ponto de vista sôbre a pecuária e a lavoura brasileiras, principalmente no seu estado atual.

Com a palavra o Dr. Benedicto Fonseca Moreira.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, antes de mais nada gostaria de deixar consignado os meus agradecimentos, pela oportunidade de debater assunto que constitui, ainda, a base de nossa economia. Desejaria, se possível, cingir-me à discussão em tôrno do problema de comércio exterior de produtos agropecuários, particularmente em relação à exportação, como também pedir desculpas por alguma possível deficiência, imediata nos dados estatísticos.

Embora funcionário do Govêrno há algum tempo, estou na CACEX há duas semanas; por conseguinte ainda na fase de montagem de programa. Por isso mesmo, acredito que a conversa, neste momento, seja útil, vez que acabo de elaborar o programa a ser executado, sobretudo o de exportação.

Gostaria de resumir, de início, a importância da política de exportação, em especial, de produtos primários Qualquer dado ou esclarecimento adicional, que não tenha no momento e seja considerado necessário, poderei depois fornecer, a fim de complementar as informações desta Comissão.

Sr. Presidente creio que não preciso de maiores explicações, para caracterizar a importância do comércio exterior no nosso processo de desenvolvimento econômico. O atual Govêrno considera o comércio exterior estratégico para o processo de desenvolvimento econômico Isso porque não podemos, nem vivemos, num sistema de economia fechada. Precisamos importar principalmente aquilo que não produzimos — bens de capital, matérias primas, etc.; importar teconologia, cujas necessidades são crescentes e constituem causa e efeito do próprio processo de desenvolvimento. Em decorrência, precisamos fazer esforços redobrados para exportar.

Exportar, tem par anós dupla importância: garantir divisas par aimportar, quantidades crescentes, de bens necessários para atender às exigências do desenvolvimento econômico e que não produzimos, e, sobretudo, permitir produção de escala.

O comércio exterior brasileiro, ou melhor, a exportação, ainda depende muito dos produtos agropecuários, que chegou a representar, em anos passados, 95 por cento da nossa receita de exportação. Ano a ano a posição relativa do setor vem se reduzindo, embora o seu valor absoluto seja crescente.

A política de comércio exterior, neste particular, evoluiu muito nos últimos anos. No passado, a tônica foi a de rigorosos contrôles na importação, por insuficiência de receita de expotração; visto que a receita proveniente da exportação de produtos primários não era suficiente para cobrir a demanda de importação e, como medida corretiva do desequilíbrio do balanço de pagamentos, contingenciava-se fortemente as importações. Esta prática, em anos recentes, chegou a um ponto extremo, tornando-se insustentável sòmente racionar a importação, sem uma política agressiva de exportação, porque começava-se a restringir e encarecer a importação de bens altamente essenciais, com reais prejuízos para a economia.

No passado, a política de exportação estava relegada a um plano subalterno, em têrmos de preocupação, em têrmos de formulação. Sòmente a partir de 1964, passou ela a ter prioridade bastante singular, procurando o Govêrno inverter uma tendência que estava se apresentando grave para o processo de desenvolvimento econômico.

Inicialmente, deu o Govêrno ênfase especial à exportação de manufaturados, porém não abandonou o setor agropecuário, porque continua sendo êle e será, por muito tempo ainda, a base da nossa economia, inclusive a base de nossa receita cambial.

Em matéria de produtos agropecuários, como os Senhores sabem, as dificuldades no mercado internacional são enormes, agravadas pela nossa inexperiência, pela falta de organização da comercialização e, inclusive, por certas deficiências da própria agricultura brasileira. E' imperioso corrigirmos tais deficiências, visto qu etôdas as projeções que são feitas indicam que as necessidades de importação nos próximos anos, vão crescer ràpidamente. E' uma tendência inexorável da economia brasileira, diante das necessidades de bens essenciais, principalmente equipamentos para renovar e ampliar o parque industrial e de matérias primas para o seu funcionamento. A normal cobertura dessas importações ainda depende muito la exportação de produtos agropecuários.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Fernando Corrêa*).

Inaudível.

O SR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — A nossa preocupação é a de forçar um ritmo de exportatações, que acompanhe a tendência das importações, de modo a evitar o desequilíbrio do balanço de pagamentos .

Isto para nós repreesnta um esfôrço muito difícil, mas não inatingível.

Sem dúvida, não podemos ter a velocidade de pretender obter um êxito enorme na exportação de produtos industriais, e sabemos das dificuldades que temos de enfrentar, no mercado internacional, com os produtos primários.

A política tem sido no sentido de conceder amplas isenções na exportação e superar, internamente, alguns pontos de atritos que chamarei de "tabus". E é natural que haja divergência de enfoques no plano interno, sôbre o grau de elaboração dos produtos a serem exportados

Em têrmos de perspectiva global da eportação brasileira o maior esfôrço que se pode fazer, de imediato, é no sentido de obter maior receita cambial através do setor primário. Mas isso sòmente poderá ser conseguido através de maior estabilização nos preços externos, melhor organização comercial no exterior, maior diversificação agrícola e melhores condições na produção. Caso contrário, a curto e médio prazos, haverá uma certa estagnação na exportação, particularmente nos chamados mercados tradicionais

Hoje, quase todos os produtos agrícolas enfrentam uma competição muito forte no mercado internacional, razão pela qual toma-se mais importante ainda uma agressiva política de exportação de produtos manufaturados, que, não só complete as necessidades de receita, mas permita produção ampliada. Com vista a êsses propósitos estão sendo reformulados conceitos e reduzida a burocracia na exportação; reorganizou-se o sistema de decisão e formulação de política, hoje de responsabilidade do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), criado pela Lei nº 5.025, de 10.6.66; eliminou-se impostos e taxas e passou-se a dar maior apoio financeiro à exportação — se bem que, ainda, insuficiente. Foi feito, até agora, o que era possível, dentro das condições do país. Sobretudo começou-se a adotar uma política, de certo modo, audaciosa: à exportação é tida como prioritária; em certos casos é preferível exportar e, depois, se houver escassez interna, importar, interromper o normal fluxo de exportação. Sou de opinião que não se pode, e não se deve, salvo com grandes prejuízos, voltar à técnica passada, em que só se admitia a exportação de certos tipos de produtos, agrícolas sobretudo, quando as autoridades se convenciam de que o mercado interno estava abastecido; que a indústria, também, estava abastecida; prática essa que ocasicnava desestímulo à produção.

O que queremos hoje, é estimular a produção agropecuária através de uma política mais audaciosa; é tentar inaugurar uma política de produção agrícola de escala, de modo que a produção, ou as safras, a cada ano, sejam maiores; sejam mais lucrativas para o produtor; que o empresário agrícola produza e tenha certeza de que venderá sua produção, ou no mercado interno ou no externo, sem maiores impecilhos. O que pretendemos é criar condições para que o empresário agrícola ganhe dinheiro e, no ano seguinte, volte a produzir mais do que produziu antes e com métodos mais modernos. Essa é, a meu ver, a única maneira de têrmos, a médio e a longo prazo, maior produção agrícola, preços mais baixos no mercado interno indústria mais abastecida de matérias primas agrícolas, e maior receita de exportação de produtos agrícolas.

Êsse tipo de política, que está sendo adotada há pouco tempo, não tem sido fácil. Tem havido algumas dificuldades. A primeira, sem dúvida, é a falta de compreensão de muitos, para o objetivo global desas política e seu alcance a médio prazo.

A segunda: no próprio produtor, que, de modo geral, alcançam técnicas mais modernas, embora realiza esforços, encontra-se ainda num estágio intermediário. Por outor lado, recebe com cautela os apelos do Govêrno no sentido de se lançar a uma maior produção, com receitos de se ver impedido de realizar uma livre comercialização interna e, principalmente, externa.

O propósito atual é incentivar a agricultura brasileira e não mais permitir a prática em que é o produtor agrícola aquêle que arca, com o principal ônus de eventuais estoques reguladores do mercado interno, para consumo final ou para fins industriais.

E' importante caminhar para uma solução que seja muito boa para o agricultor, para o consumidor e para o industrial; uma posição de equilíbrio. O Govêrno está tentando alcançar essa fórmula

No comércio internacional de produtos agropecuários existem problemas bastante sérios que se procura superar. Dentre êles destacam-se os preços e a organização de mercado, de correntes, sobretudo, da nossa pouca experiência em comércio internacional. Atualmente o industrial brasileiro está começando a sair, porém o empresário agrícola ainda está tímido .

Desde alguns anos defendo a necessidade da criação de consórcios e, sobretudo, de emprêsas especializadas em exportação, isto é, aquela entidade nacional é organizada só para operar no mercado externo, e que pode aliviar o produtor dessa responsabilidade para a qual não está preparado, mas sobretudo dar ao pequeno e ao médio produtor acesso ao mercado externo, para êles desconhecido.

A importância dessa tentativa de organizar a oferta, pode ser sentida na constatação de que a corecialização dos nossos produtos primários está condicionada a uma imposição do mercado externo. As condições são impostas de fora para dentro, e não de dentro para fora.

Isso se explica, até certo ponto, porque somos a parte mais frágil e não vamos poder modificar o panorama durante muitos anos Porém, é preciso começar, desde agora, a nos esforçar para, pelo menos, diminuir os efeitos negativos dessa posição e preparar as bases para modificações paulatinas.

No momento, como escalada preliminar, o maior problema não é o fato de se saber ou não quem maneja o mercado externo de um determinado produto; se é uma ou outra bôlsa, ou se são dois ou três compradores mundiais. A maior dificuldade é convencer os próprios produtores nacionais de um mesmo setor a unirem-se, a associarem-se, a juntarem-se para trabalhar mercados externos; terem uma única opinião ou posição; fazerem uma única oferta, melhorando a posição de todos Essa é a dificuldade preliminar que a CACEX tem enfrentado, porque a maioria não se entende. E' verdade que já se obteve êxito em alguns setores. E, recentemente, dentro da política que está sendo incrementada, foram constituídos alguns "Comitês de Ordenamento de Oferta", que não constitui uma imposição governamental, mas um apêlo da CACEX aos produtores. Êles mesmos se reunem, com a nossa presença, fixam o preço mínimo de exportação que a CACEX, se aceitar, oficializa e torna público. Outras experiências neses sentido estão sendo tentadas, de modo a que o produtor agrícola brasileiro se organize nessa primeira fase e, posteriormente, possa caminhar no sentido de criar a sua própria rêde de comercialização externa, que é a parte fundamental. Não há por que o empresário agrícola nacional contentar-se em obter sòmente o lucro da exportação. E' preciso dar-lhe condição e induzi-lo a, a prazo médio e longo, tentar usufruir também, pelo menos, parte do lucro relativo à comercialização no exterior.

E' esta, Senhores, em linhas gerais, a ação ou a política que estamos tentando desenvolver no campo da exportação de produtos agropecuários.

Neste momento, estão sendo estudadas — em matéria de política agrícola na exportação — algumas medidas, além da desburocratização para maior apoio à agropecuária. Dentre elas merece ser destacada os meios e formas para induzir a um planejamento prévio das produções agrícolas estritamente para o mercado externo.

Não se pode continuar condicionando mercado externo à uma produção residual do mercado interno. Essa atitude é altamente negativa em têrmos de garantia de mercados externos e de perspectivas de lucro empresarial.

O propósito, no momento, é buscar formas de garantias que possam induzir contratos de exportação a médio prazo, permitindo ao produtor nacional planejar a sua produção. O fundamental, no caso, é que o Govêrno possa dar garantias de que não criará nenhuma restrição quantitativa de exportação no montante contratado. No caso, não haveria perda para o mercado interno, mas, ao contrário, seria beneficiado com maior produção, o que poderia representar estímulo importante à melhoria da estrutura agrícola nacional. São êsses os pontos essenciais d epreocupação e que se pretende tentar implantar êste ano, como nova técnica na política de comércio exterior de produtos primários. Já desde algum tempo, praticamente, foram abolidas as restrições quantitativas para a quase totalidade do sprodutos e, neste momento, a ordem é exportar sem maiores preocupações O empresário agrícola que planejou e se esforçou na produção deve ter a certeza de uma rápida comercialização, seja para o mercado externo, seja para o interno. O problema de abastecimento interno depende da eficiência no funcionamento da estrutura dos transportes, da eficiência dos mecanismos e das organizações de comercialização; da estrutura de financiamento à disposição da indústria e da rêde de armazéns e silos e sua eficiente utilização, etc. Esses dispositivos internos têm de funcionar para que não se crie fatôres negativos ou depressivos nas próximas safras agrícolas, Este ano, por exemplo, há informações sôbre boas safras, de quase todos os produtos. No Sul, por exemplo, informa-se que as colheitas de produtos básicos, como milho, arroz, soja, e mesmo algodão serão superiores às do ano passado. Obviamente, a esta altura, diante dessas perspectivas de safras, não é possível voltar a discutir sôbre exportação, embora de alguns setores tenhamos recebido certo tipo de indagação — para não dizer pressão — no sentido do Govêrno não autorizar exportação imediata.

No momento, creio eu, é preferível, em alguns setores autorizar uma rápida exportação, se fôr o caso, e permitir até mesmo a importação, com isenção de direitos de produtos básicos para suprir eventuais deficits internos do que criar o desânimo para o produtor agrícola. Estamos na fase de incentivar a agricultura por todos os meios possíveis.

Êsse, de modo geral, é o meu pensamento e está sendo a estratégia atual, em têrmos de produção agrícola.

Quanto aos problemas mais imediatos existentes na exportação dos produtos agrícolas, merece destaque, no âmbito interno, a carga tributária decorrente da cobrança do ICM, que, no momento está sendo discutido com os Estados.

Em relação ao mercado externo, — especificamente, as dificuldades principais são: primeiro, a nossa crônica falta de organização e de eficiência; segundo, os mecanismos de proteção e organização de cutros países, terceiro, as preferências regionais principalmente do Mercado Comum Europeu, EFIA, da Comunidade Britânica se contra os quais apenas nos assiste o direito de lutar e reclamar, de vez que são esquemas irreversíveis, a meu ver.

Apenas reclamar pouco adianta. O importante é tentar organizar a política de exportação em função dessas perefrências já criadas e de outras que certamente surgirão no mercado internacional.

Vale mencionar, também, os acordos sôbre produtos, como mecanismo de sustentação de preços e de mercados, cuja única experiência real e prática é no caso do café.

Excetuando o café, como caso à parte, o Govêrno brasileiro tradicionalmente endossa tentativas ou participa de tentativas de acordos internacionais da espécie. Contudo, — penso que a política de exportação de agropecuários, não pode ser baseada estritamente nesses acordos. Se algum vier a surgir, e fôr de nossa conveniência dêle participar será muito bom! Mas, a preocupação básica deve ser a de preparar agropecuários para competir com ou sem acôrdo, com preferência ou sem ela. Essa é a atual diretriz da CACEX.

Procurei, Sr. Presidente, fazer um sumário, muito rápido, em relação aos principais problemas da exportação de prodnutos agropecuários. Não sei se foi suficiente como início, mas

acredito que outros pontos talvez possam ser esclarecidos em debates.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Fernando Corrêa*) — Se V. Excelência já fêz sua exposição, poderemos passar à segunda fase, que seria a indagação, pelos Srs. Senadores e Deputados sôbre os diversos pontos não só de sua bela palestra como também de outros assuntos que deixaram de ser mencionados e que interessam à Comissão.

Com a palavra o primeiro parlamentar inscrito, Senador José Ermírio.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ouvimos a explicação do Doutor Benedicto Fonseca Moreira — Diretor da CACEX. Realmente, exposição simples, sincera e séria.

Tôda inovação que S. S. quer colocar na Carteira de Comércio Exterior encontra dificuldades. O mesmo acontece conosco nas fábricas, no campo, em tôda parte.

A expansão, na verdade, precisa ter contato muito grande no exterior, — para que se possa programar a entrega de produtos, quase sempre presentes numa época do ano, e não durante todo o ano. Isto dificulta o trabalho de S. S.

A rêde externa de comércio é de grande utilidade para o Brasil, porque — todos sabemos — quem exporta um produto e venda por preço baixo e a distribuição ganha muito mais que o exportador. Coisa inacreditável!

Primeira pergunta: têm dado resultado os entrepostos do Brasil no exterior? Funcionam ou não?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Há, no momento, tentativas de organizações particulares para criarem entrepostos de outros produtos, inclusive semi-elaborados. Contudo, são tentativas esparsas. Algumas emprêsas agrícolas, ou melhor, algumas cooperativas estão no momento tentando tipos de entrepostos dessa natureza na Europa. E' notícia bastante agradável para nós, que — sempre despendemos em nossas vendas de organizações internacionais. Emprêsas nacionais estão tentando agora, exportar para elas mesmas, — criando um negócio próprio de compra, de estocagem e venda direta no exterior.

E' uma prática que está apenas começando; vamos levar talvez muito tempo para estimular e obter organizações de porte grande mas, a notícia da existência de esfôrço já é muito boa. Esse tipo de empreendimento está merecendo e vai merecer todo nosso apoio.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — V. Exa. citou um fator importante que são as vendas a longo prazo. Por coincidência, recebi esta manhã uma publicação de Nova Iorque, datada de 11 de março dêste ano que diz o seguinte: "a Itália vendeu para o Japão, 6 milhões, 750 mil toneladas de minério de ferro ao preço de 9,38 dólares por dois anos". E essa publicação logo a seguir, diz: "o Brasil acaba de vender ao Japão, 50 milhões de toneladas de minério de ferro, garantindo o preço por 15 anos!"

A exposição de V. Exa. é muito boa e calhou aqui, com êsse dado que tenho do dia 11, portanto, 9 dias atrás.

Sr. Presidente tenho algumas perguntas a fazer relacionadas à magnífica exposição do Dr. Benedicto Fonseca Moreira. A primeira pergunta é a seguinte: sou muito nacionalista, Dr. Benedicto, o máximo que é possível ser. Sei que o capital estrangeiro é útil ao Brasil mas só quando controlado por nós. Tenho dito dezenas de vêzes e Wilson, em 1912, lançou esta campanha nos Estados, que chegou a êste ponto graças a isto.

1º) São brasileiras ou estrangeiras às principais firmas exportadoras no Brasil de algodão, de café — mamona — óleo de mamona — soja — cacau — sisal — milho e arroz?

E' uma pergunta um pouco longa e V. Exa. poderá responder depois. O que desejo saber é se estas firmas estão se aproveitando dos mercados de fora para vender mais caro aquilo que compra mais barato aqui.

Isto resolvera o caso com a situação que se criou no exterior de firmas nossas terem mercado de vendas direto ao exterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — O Sr. Diretor da CACEX já disse que uma das nossas dificuldades iniciais é justamente a nossa falta de aparelhamento internacional para colocação dos nossos produtos. De maneira que talvez ...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — E' uma pergunta longa. Vou dar uma cópia a V. Sª. Vossa Senhoria que está há duas semanas na CACEX não pode fazer milagres. Eu não quero milagre, quero brasileiro bom e compreensível para com nossos problemas, que lute para um ideal de fazer um Brasil bom ...

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Não citarei nomes das emprêsas ...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — E uapenas coloquei estrangeiras ou brasileiras.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Pela menção dos produtos, posso adiantar que, no setor, dependendo do produto, existem muitas emprêsas nacionais e algumas estrangeiras, de grande porte.

Diria a V. Exª nesta base de diálogo honesto, que o nosso propósito, sem dúvida, é cada vez mais fortalecer o empresário nacional. Não há dúvida quanto a isto. Em alguns setores, em alguns produtos, isto às vêzes não é fácil, de imediato, e é preciso sermos realistas, contarmos com organizações internacionais existentes.

Isto é a realidade que não podemos des conhecer.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — A segunda pergunta:

No tocante ao algodão qual o preço recebido pelo Brasil no produto exportado? O nosso país beneficiou-se da alta ocirrida principalmente a partir de novembro último?

Outra pergunta: Conforme "O Estado de São Paulo" de 29 de fevereiro último vários dos nossos produtos exportador cairam de preço no mercado internacional. Eis alguns deles:

PRODUTOS	DÓLARES POR TONELADA		
	1967	1968	diferença
Café em grão	705,23	756,49	51,26
Minério de ferro	7,18	7,76	0,58
Soja-grão	97,26	107,46	10,20
Couros e peles	840,96	903,47	152,51
Fumo em fôlhas	453,32	479,71	26,39
Lã	943,64	1.165,61	221,97
Sisal	131,13	157,64	26,51
Minério de manganês	25,17	28,01	2,84

Daí, perguntarmos: qual a razão da queda dos preços dos nossos produtos no mercado?

Veja V. Sa. se alguém examinou com cuidado isto, comprou algodão barato e exportou êste algodão para o exterior e se foi para a própria firma dêle, quem lucrou foi a firma dêle no exterior e não o Brasil.

Dando um *deficit* na Balana Comercial — vou citar o Estado de São Paulo de 28 de fevereiro. Quem vai lucrar é a firma dele no exterior e êste dinheiro volta como investimento, com tôdas as garantias imagináveis.

São apenas sugestões que estou dando, não criticando V. Sa. que é um estudioso do assunto — isso se vê pelas exposições muito boas que me faz — , que quer lutar e dar valor às firmas nacionais. Não somos contra as firmas estrangeiras, mas temos que defender o que é nosso.

Se em janeiro o algodão estava a 31 centavos, em 28 de novembro, quem comprou êste algodão barato está ganhando uma fortuna — pode ser que esteja importando a preço baixo, ninguém sabe —, sem pagar impôsto de renda ao Brasil e dar lucro à Nação, conforme o "Estado de São Paulo", de 29 de fevereiro último, os nossos produtos exportados cairam no preço do mercado internacional. Eis aluns deles: café em grão baixou de 756 para 705 dólares; minério de ferro, de 776 para 718 dólares; soa, ue é a nossa esperança e dos Estados do Sul, um produto que produz a proteína mais barata do mundo e que todo mundo procura, baixou de 107 para 97 dólares; couros e peles, de 973 para 840 dólares; funmo em fôlhas, de 479 para 453 dólares; lã, de 1965 para 943 dólares; sisal, que era a esperança do Nordeste, e que já vendemos por 300 dólares, baixou de 157 para 151 dólares; minério de manganês — é um ponto para o qual chamo a atenção de V. Excelências, porque em tôdas as revistas que recebo não está cotado, não tem cotação — baixou de 28 para 25 dólares. E' um prejuizo que o Brasil tem, e aqui agora neste boletim de fevereiro é de 4 de março: não tem cotação. A mesma coisa acontece com o berilo e com outros produtos.

Gostaria de ler essas informações para V. Exª, já que estamos no capítulo dos minerais, principalmente o que se espera para 68.

Aqui estão as perspectivas para os seguintes minerais: cobre, alumínio, zinco, chumbo, e, também, para os minerais raros como o tungstênio, cobalto, colúmbio, tântalo, molibdênio, cromo, manganês, etc.

Não ou citar tôdas as previsões, o ue seria cansantivo, mas enfocarei dois produtos: ferro-cromo e ferro-colúmio. O aumento de consumo mundial dêsses dois produtos deverá atinir a 7,5%.

O mesmo aumento de consumo isto é, 7,5% deverá ocorrer com o tângulo, e deve-se notar que o Brasil é o maior exportador de tântalo do mundo, sendo que exportamos 21% para o consumo mundial e, em segundo lugar vem o Congo, com uma exportação de 20% do consumo mundial.

O mesmo fato ocorrerá com o colúmbio, em que o Brasil alcança a cifra de 50% de exportação mundial.

No ano passado o consumo dêsses produtos atingiu a 3.800 milhões de quilos, o que representa um aumento apreciável. Esse aumento, aias, não deve ser considerado muito elevado porque, no ano anterior, houve um pequeno recesso em vários países, mas êste ano apresentará um aumento de consumo da ordem de 7,5%.

Assim sendo, com êsses dados que possuimos, a Carteira poderá estudar o mercado e ver o que poderá fazer para defender o que é nosso.

O SR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Estamos começando a organizar na Carteira um cadastro, um registro cadastral, inclusive contendo informações internacionais de produtos.

V. Ex, Sr. Senador, que conhece bem êsse problema de produtos primários, sabe das dificuldades que, muitas vêzes, encontramos, em relação a preços, que, quase sempre, foge totalmente ao nosso contrôle. Quem comanda o mercado sao os compradores, diante da fraqueza dos vendedores, geralmente países subdesenvolvidos.

O preço do minério de ferro, por exemplo, vai depender da posição da Austrália, e outros países de economia mais forte, que podem entrar forte no mercado, com tecnologia de exploração bastante elevada, e forçar o preço para baixo.

O caso do sisal, outro exemplo, cujo preço está atualmente um pouco baixo. Recentemente, houve tentativa na FAO, no sentido de ser fixado preço mínimo internacional de exportação do produto. Na reunião da FAO, realizada em Roma, de que participaram o Brasil e os principais produtores africanos e os representantes dos principais países consumidores, países desenvolvidos, houve pràticamente concordôncia tácita, quanto a certos níveis de preço, a fim de não se aviltar o preço internacional.

V. Exª sabe perfeitamente que certos tipos de entendimentos internacionais são feitos em nível governamental. Todos os Governos compreendem o problema. Os países subdesenvolvidos compreendem as dificuldades dos desenvolvidos, e êstes compreendem os problemas dos subdesenvolvidos. Sempre se chega a um acôrdo. Mas quem faz o comércio não são os Govêrnos, são os empresários.

Em relação ao sisal, houve várias concorrências. O Brasil, inclusive, comprometeu-se que não autorizaria exportação a menos de 130 dólares.

Tome V. Exª, por exemplo, um país da Africa em que a produção às vêzes não está sobo seu contrôle total e que a comercialização às vêzes é decidida noutros locais, na Europa, por exemplo. Então um outro produtor local entra no mercado cotando mais baixo, os demais acompanham, para não perderem posição. O que fazer? Ou mantemos a nossa posição de não exportar a baixo dos preços mínimos fixados, e perdermos mercado, além de agravar a posição do produtor nacional que não tem

capacidade financeira para esperar, ou a CACEX autoriza exportar por um preço menor, que ainda remunera o exportador nacional.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Permita-me V. Exª acrescentar que o México é grande exportador de sisal e que industrializou 80% e nós exportamos a maior parte em fibra bruta. Será que se estudássemos bem o mercado mexicano não poderíamos acompanhar essa situação que tem dado ao México grandes vantagens?

O SR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Poderíamos, nobre Senador José Ermírio, e ainda dou mais uma informação a V. Exª. Estive, há poucos dias, numa reunião com o Secretário de Indústria e Comércio da Bahia e produtores da região e analisamos êsse problema de preço, e a necessidade de medidas e maior apoio, inclusive da SUDENE, para tecnizar-se a produção do sisal e a industrialização das fibras.

V. Exª tem razão. E' preciso apoiarmos mais a indústria de beneficiamento, se bem que em relação ao sisal V. Exª sabe que aparece, como agravante, a fibra sintética.

Com relação a preço, apenas uma informação, se V. Exª me permite. V. Exª tem razão em relação a êsses todos pontos, mas é preciso têrmos uma cautela muito grande em relação a preço de produto primário, temos que estar com o "ôlho no padre e outro na missa". Tôda vez que um país subdesenvolvido consegue um acôrdo ou simples entendimento internacional de preço, cria-se um teto queos países desenvolvidos acham ótimo, mas estimula a produção de sucedâneos. Quando se abre olhos, vê-se o sucedâneo no mercado.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — E' o caso do açúcar.

O SR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Não só do açúcar, mas há pelo menos dez exemplos de produtos primários, cuja dificuldades são crescentes, na competição com os produtos sintéticos. E' o caso do sisal, do algodão, da lã, do couro, etc.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — (Lendo) — As embaixadas brasileiras auxiliam a CACEX por intermédio de seus departamentos comerciais, a fim de controlar os preços de importação e exportação dos produtos movimentados pela Carteira? Qual o sistema que a Carteira segue para controlar êsses preços?

E' uma pergunta dura.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Poderei tentar responder alguma coisa, neste momento, Exª. Tradicionalmente, controlamos ou tentamos fazer um determniado tipo de contrôle de preços. V. Exª sabe que todo contrôle é um pouco relativo. Normalmente, o empresário é muito mais hábil que o Govêrno, é mais eficiente.

Não nos preocupa, e não podemos, adotar contrôle excessivo, sob pena de invalidar a própria operação. A CACEX tem um contrôle de preços que, no ano passado, foi relaxado, vamos assim dizer, mas relaxado internacionalmente. Diante de uma nova filosofia, estávamos procurando fazer uma tentativa de contrôle indireto ao invés de contrôle direto. Se formos exercer contrôle direto em relação a tudo, a máquina burocrática vai ter que dobrar, de maneira que estamos procurando outros mecanismos mais simples, porém eficientes.

No momento, usamos dois tipos de mecanismos: o primeiro é fixar preços mínimos. Eu, pesoalmente, nestas duas últimas semanas, acabei de fixar preços mínimos para vários produtos. Chamamos os produtores e discutimos os problemas; coletamos as informações no mercado internacional e fixamos um preço-chão razoável, por exemplo, para o mentol, que é um setor bastante epseculativo, cujo peço depende da entrada da China no mercado. Ficamos sempre na expectativa do que a China vai fazer, porque não há preço-mínimo que os segure. Impusemos também preço mínimo para palmito enlatado, embora industrializado, porque os produtores brasileiros estavam obrigando entre si, num produto em que somos pràticamente os únicos, e aviltado o preço internacional.

Assim, fomos obrigados a fixar preço mínimo abaixo do qual quem exportar será punido.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — As nossas Embaixadas têm auxiliado V. Exª neses campo de ação?

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — As Embaixadas têm auxiliado, temos contacto direto co mas Secretarias de Estado e, no momento, estamos aachando de acertar com o Itamarati um trabalho conjunto, não só de promoção no exterior, como um sistema recíproco de informações. A CACEX vai municiar o Itamarati, no exterior, sôbre a possibilidade de exportação e o Itamarat. vai-nos dar uma série de informações, em formulário que iremos preparar para êsse fim.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — O Embaixador é quase um caixeiro-viajante, nos Países civilizados ...

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Senador, desculpe-me mais uma vez. A posição do Govêrno é muito importante, os órgãos do Govêrno devem trabalhar mais, ajudar mais, porm, o Govêrno não pode substituir o empresário, lá fora.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — A quinta pergunta: quantos são os escritórios comerciais do Brasil, no exterior, e que têm funcionamento satisfatório? Ainda temos escritório em New-York? Parece que foi extinto.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Temos. A figura do escritório comercial foi extinta. As Embaixadas têm, hoje, um setor comercial, uma assessoria, pelo menos nas principais Embaixadas. No momento, o sistema está sendo revisto. O Itamarati assinou, por exemplo, convênio com o Banco do Brasil, no qual êste cedeu quinze funcionários, para servirem nos principais postos, como assessores comerciais.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Os Ministérios da Indústria e Comércio, Minas e Energia e Agricultura prestam informações pelas quais possa essa Carteira melhor identicar os preços e condições vigentes, no mercado, das nossas mercadorias de importação e exportação?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Bàsicamente não, porque certos tipos de informações do mercado externo êles não possuem. A CACEX recebe uma série de informações diretas e outras através do Itamaraty, que é o grande depositário dessás informações.

O Ministério da Agricultura, o Ministério das Minas e Energias e o Ministério da Indústria e Comércio trabalham em perfeita harmonia conosco.

Lembraria a V. Exa. que, felizmente, superamos aquela fase de ação dispersa e V. Exa., como Ex-Ministro da Agricultura, deve ter sofrido também. No passado, interviam na exportação quase trinta órgãos governamentais. Em 1966, o Congresso aprovou a Lei nº 5.025 que criou o Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), que é um colegiado em que estão presentes tôdas as autoridades e as decisões são tomadas de comum acôrdo. A CACEX além de organização executiva, funciona como Secretaria Geral dêsse Conselho, que é integrado por Ministros de Estado.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Passemos a 7ª pergunta: Controla a CACEX o estabelecido pela Instrução nº 276, de 9 de setembro de 1964, de forma a evitar a entrada de material obsoleto a preços elevados, por parte de firmas estrangeiras?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — A CACEX controla, nobre Senador. E devo dizer a V. Exa. que no momento, estamos estudando no nível técnico, modificações na importação de equipamentos usados. Não há dúvidas de que é necessário, em alguns casos autorizar tais importações. Contudo, é de se reconhecer que alguns conceitos precisam ser revistos.

Talvez no momento, não nos convenha fechar totalmente essa possibilidade que, muitas vêzes é a única maneira de uma emprêsa nacional, pequena ou média, ampliar sua produção ou sobreviver.

Estou de acôrdo com V. Exa. — Certos tipos de emprêsas, conforme o porte e a tecnologia, não deveriam poder importar equipamentos usados. Mas, como estamos num estágio intermediário de desenvolvimento, êsse é um expediente que tem emprêsas de porte pequeno e médio, de ter acesso a uma tecnologia mais avançada, desde que o equipamento seja recondicionado. Mas, no fundo estou de acôrdo com V. Exa. em que é preciso fechar algumas brechas.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Todos sabemos que o ouro, há cêrca de 33 anos, mantém-se à base de US$ 35,14 a onça. O Govêrno passado vendeu ouro aos Estados Unidos recebendo em troca títulos em dólar-papel americano. Daí indagamos: Essa operação foi fiscalizada pela CACEX? A CACEX foi ouvida quando se realizou a transação? ...

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Ontem ficamos até às duas horas da madrugada, na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, e o tema debatido foi justamente êsse, quando foi severamente sabatinado, o Presidente do Banco Central. Em relação ao ouro, a CACEX nada tem a ver com êle. É problema direto e específico do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — No caso do ferro, de cotação nominal no mercado exterior, como já citei, qual a forma de contrôle, por parte da CACEX, relativamente à exportação? Já mostrei, como disse no Senado, várias vêzes, o manganês e o berilo. V. Exa. dá cotação para óxido de berilo e não dá para berilo. Qual seria o meio de V. Exa. proceder a respeito?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — O meio que utilizamos, Excelência até o momento, em relação a êsses produtos, é colhêr informações no mercado internacional e fixar preços mínimos. Não temos outro instrumento senão, digamos assim, seguir a média do preço internacional. Sabemos que, talvez, êsse critério não atenda aos objetivos finais ou básicos que desejamos atingir, mas não temos, de imediato, outro instrumental, sobretudo tratando-se de produtos largamente produzidos e consumidos por países mais desenvolvidos. Temos que estar em igualdade de preços com outras áreas ou não vendemos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — V. Exa., respondendo à nossa 12ª pergunta, expôs, com muita propriedade e muita sinceridade, o que o Conselho está fazendo, e que o Govêrno deseja realmente, desenvolver o País e está fazendo todos os esforços para que a Nação cresça.

Então, pergunto;

"Estando o Govêrno atual interessado no desenvolvimento industrial e agrícola do País, como é sabido, naturalmente, devemos dar facilidades para a importação de equipamentos destinados à indústria e à Agricultura, atendendo-se, sem demora, os pedidos.

Qual o tempo de demora da CACEX para sair uma licença de importação dêsses equipamentos?

O DR. BENEDICTO FONSECA MORFIRA — No momento, são três os mecanismos de importação: com cobertura cambial; coberta, com financiamento externo e sem cobertura cambial. No primeiro caso é rápido; não havendo o problema de preço leva, no máximo 48 horas. Nos demais a demora atinge, às vêzes, até 15 dias, dependendo do processo, devido a necessidade de se analizar não só os preços mas principalmente o problema relativo ao similar nacional, cujos critérios são regulados por lei, e a CACEX os aplica e apanha dos dois lados. (*Risos*)

Em relação a equipamento o problema é importante também no que se refere aos preços, a fim de evitar-se concorrência desleal ao similar nacional.

Constantemente é fixado o valor externo "para determinadas mercadorias importadas, que serve de base para a aplicação do impôsto de importação. Isso é mais comum em relação a algumas áreas geográficas, as quais comumente exportam a preços muito inferiores, aos vigentes no mercado internacional, e, assim, neutralizam a proteção tarifária do similar nacional. Não havendo similar nacional, não há porque fixar preços de referência. A CACEX dispõe, em realidade, de um sistema de informações que lhe permite exercer o necessário contrôle em relação aos preços. A maior dificuldade, entretanto, refere-se a aplicação do conceito de similar nacional, que é bastante variado. Embora sejamos rigorosos, de modo geral, torna-se necessário certa cautela tendo em vista os aspectos relativos a tecnologia do equipamento a ser importado. O que se verifica, no momento, é uma rápida evolução técnica do equipamento geralmente ofertado, relativamente ao nacional. Torna-se, pois necessário forçar os empresários nacionais a acompanharem a evolução técnica, caso contrário o problema irá agravar-se, afetando inclusive a exportação, até mesmo de bens de consumo. É preciso, porém, agir em busca de um ponto de equilíbrio.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço a explicação de V. Exa. e passo à pergunta seguinte:

Tem a CACEX entendimentos com a Confederação Nacional de Agricultura a fim de poder melhor acompanhar as flutuações do mercado dos preços no Exterior dos nossos produtos agrícolas?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — A CACEX mantém permanentemente contato com o setor empresarial. No momento estamos propondo ao Conselho Nacional de Comércio Exterior, a criação de comissões consultivas.

Aliás, foi um dos pontos que apresentei na minha plataforma de trabalho.

Trata-se de comissões consultivas de coordenação e estudos de política de exportação de produtos minerais, produtos agro-pecuários e produtos industriais constituídas por empresários das respectivas classes.

É nossa intenção, em breve, criar êste tipo de trabalho em equipe, em que o Govêrno força um pouco o empresário e êste, por sua vez, transmite ao Govêrno informações preciosas, geralmente importantes para a formulação de política, no setor.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — A 13ª pergunta é a seguinte:

Quais as sugestões que a CACEX tinha a fazer para melhorar o valor de nossa exportação em volumes e em dinheiro uma vez que, conforme nossa pergunta terceiro tivemos prejuízo, cujo valor vai a 79,82 milhões de dólares no ano de 1967. Uma vez que o caminho tem sido êsse, tem a .... CACEX sugerido a diminuição da importação de produtos que não são de primeira necessidade para o desenvolvimento do País? Em caso positivo, tem o Govêrno aceito essas sugestões? Espero que V. Sª responda a esta pergunta com os cuidados com que tem respondido amplamente as demais .

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Informo a V. Exa. que, possivelmente com um pouco de sorte e de trabalho, talvez possamos bater o "record", êste ano, de exportação, em todos os tempos da História do Brasil.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Pela informação do Dr. Inojosa, êste ano, em lugar de 86 milhões de dólares de açúcar, vamos ter 160 milhões:

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — QUASE todos os produtos deverão melhorar êste ano.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Isso será muito bom porque temos açúcar em quantidade.

Agradeço a V. Sª às respostas às minhas perguntas e desejo que continue sempre nesse ideal de lutar com o Brasil vendedor a preço razoável, para que possa fortalecer a economia nacional.

Muito agradecido.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Sr. Presidente, também desejaria interpelar o Sr. Diretor da CACEX.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR FERNANDO CORRÊA) — Está inscrito, agora, o Sr. Deputado Luiz Braga.

Vou inscrever V. Exa.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Braga.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Sr. Presidente, ouvi, com a maior atenção, a exposição do Sr. Benedito Fonseca Moreira e não tive oportunidade de trazer perguntas elaboradas como o fêz o Senador José Ermírio de Morais. Mas, ao saber da palestra feita por V. Sa. brilhante por sinal, me ocorreram alguns pontos, que passarei a focalizar: disse V. Sª que, para a manutenção da exportação de produto primário, de produto agropecuário, deveriam os empresários nacionais fazer o possível para manter uma cota fixa dêsses produtos e, não exportar anualmente o resíduo.

Eu pergunto, objetivamente: entende V. Sª que a "SUNAB" é um entrave para êsse tipo de exportação?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Sr. Deputado, eu não diria especificamente — permite-me V. Exa. — "SUNAB" ou qualquer outro órgão governamental.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Estamos aqui como que numa espécie de sabatina e procurando extrair os conhecimentos de V. Sª, inclusive procurando diagnosticar onde existem pontos de estrangulamento da produção agro-pecuário do país.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Perfeito.

A "SUNAB", vamos dizer assim, tem o seu enfoque, tem a sua posição em relação ao problema de abastecimento. A posição da "SUNAB" mais favorável à exportação ou mais favorável a manter maior estoque interno regulador, é um problema de definição da política como um todo.

Em épocas passadas, V. Exa. deve estar lembrado, basicamente, só podíamos entrar no mercado externo, em matéria de produtos agro-pecuários, quando comprovadamente o mercado interno estava abastecido.

Houve época, em relação a alguns produtos, que quase se pedia atestado a setores da indústria, ou de órgãos do govêrno, para comprovar que havia abastecimento pleno do mercado interno.

Essa política, defensável sob certos ângulos, sem dúvida nenhuma, como tôda tese é defensável, está, basicamente, superada. Hoje, a posição da "SUNAB" não é muito restritiva. Ela age através da COBAL, que, quando necessária, faz as compras e os estoques reguladores, havendo automatismo em concomitância na comercialização externa. No momento, estamos às vésperas de boas safras, a CACEX e os vários órgãos estão trabalhando normalmente para a exportação, sem maior restrição por parte da SUNAB ou qualquer órgão do Govêrno.

O problema da SUNAB como órgão responsável pelo abastecimento interno é entrar no mercado, fazer os seus estoques, e mantê-los. Não podemos mais incentivar a produção do milho, de algodão, de soja, etc. e, depois, dificultar a sua comercialização, como se fazia em épocas passadas.

Êste é um ponto que pràticamente foi superado, para o bem da agricultura nacional.

Presentemente, por exemplo, a ... COBAL tem estoques de arroz. Sou de opinião que êsse estoque deve ser exportado. A COBAL porém, acha que não deve exportá-lo, neste momento. Como órgão regulador, o produto é dela. Se ela exportar, agora, será ótimo, porque a nova safra está entrando e o estoque poderá ser reposto. Em qualquer circunstância, o produtor não foi prejudicado basicamente com o estoque, porque êle o vendeu à COBAL. Êste é o ponto realmente importante.

Não podemos, a esta altura, desprestigiar o produtor.

Se o Govêrno resolve que, por motivo de regularização do mercado interno, deve manter estoque, então deve êle comprar o produto, e não exigir, como no passado, que o produtor arque com o ônus.

O SR DEPUTADO LUIZ BRAGA — Mas não é o que acontece às vêzes. Há pouco tempo, com a paridade internacional para a carne, por exemplo, se financiava o produtor. Vendia-se por muito mais do que a SUNAB, mas obrigando o produtor a vender aqui dentro a carne. Como V. Sª pode verificar, antepõem-se as teorias de maneira chocante: a .... CACEX procura defender agora a tese que a SUNAB até hoje defende.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Tem razão V. Exa. em relação à carne. Podemos considerar quase um problema particular dentro do contexto.

Em relação à carne, tivemos, no ano passado, uma série de problemas, inclusive internos. O Govêrno viu-se obrigado a adotar algumas medidas, — digamos acauteladoras. A exportação da carne, neste ano, será boa. Estamos tentando novos mercados, inclusive com a colaboração do Itamarati. Nosso programa é realizar exportação de, no mínimo, 20 mil toneladas.

O problema que se apresenta, de imediato, é de organização interna para exportar. Às vêzes recebemos solicitações od exterior e ficamos algum tempo em busca, no Rio Grande do Sul, de exportadores.

Às vêzes não aparece ninguém. No ano passado houve, realmente, problemas internacionais em relação à carne que, como sabe V. Exa., é um produto bastante delicado, do ponto de vista sanitário. Os ingleses, por exemplo, que são os grandes compradores de carne bovina, chegaram a fazer suspensão sumária do produto *sul-americano*.

As vendas externas, em 1968, deverão superar a 20.00 toneladas.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — O que não é nada em relação ao nosso potencial.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — É uma questão de organização interna.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — A desorganização é criada pela SUNAB

Na primeira pergunta que dirigi a V. Sª eu dizia que quem faz o comércio não são os empresários.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Se não êles, deveriam ser.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Acredito que a idéia que V. Sª está defendendo está inteiramente certa, mas se contrapõe à política de outro órgão do Govêrno que adota orinetação diversa.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Sr. Deputado, alguns dêsses problemas, hoje, são mais fáceis de serem superados. A sistemática administrativa brasileira, Senhor Deputado, as vêzes não ajuda a rápida solução de certos problemas, devido a pulverização de comandos. Há talvez, excessivo número de órgãos administrativos, mas é a técnica adotada. Quando há diversos órgãos dentro de um mesmo campo, o diálogo fica mais difícil, pois que cada um tem um enfoque particular. O Ministério da Fazenda, por exemplo, tem uma posição, em relação à política econômica, global. O Ministro da Agricultura tem que ter outra. A posição da SUNAB é a de pleno abastecimento do mercado interno. A posição da CACEX e do Itamaraty, é no sentido da exportação. Tem-se, a primeira vista, posições teòricamente conflitantes, mas, passíveis de coordenação.

Em épocas passadas, realmente era mais difícil, porque não havia como aglutinar e tirar daí uma posição de política econômica, a não ser através da famosas consultas através de processos.

Em matéria de comércio exterior, temos hoje o CONCEX que tem poder especial, por lei, inclusive sôbre a SUNAB.

Em matéria de abastecimento, há o "SUNABÃO", do qual participam ministros e autoridades que também são membros do CONCEX.

De maneira que êsses problemas que surgem às vêzes, em determinadas áreas, em determinado momento, têm outro tipo de origem. Mas o Govêrno está preocupado, e cada vez mais se interessa em adotar uma política unissona, a longo prazo, em matéria de abastecimento e exportação.

A nossa posição é no sentido da maior rapidez na comercialização interna e externa, e, sem dúvida alguma, será necessário caminhar para o aperfeiçoamento dos mecanismos internos de modo a facilitar a comercialização. A realidade é que não se pode minimizar as exportações, nem desprover o consumidor nacional. O importante está em tornar possível o atendimento concomitante, como aliás, está sendo feito.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Acha então V. Sª que a SUNAB pode permanecer órgão do Govêrno sem prejuízo para a exportação de produtos primários?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Pode.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — V. Sª disse, em sua exposição, que, em determinadas circunstâncias, julgava aconselhável, para manter a orientação e tradição e a fim de que o País não ficasse limitado a resíduos, exportar um produto mesmo que fôsse obrigado posteriormente a importar êsse mesmo produto. Gostaria que V. Sª ampliasse êste conceito, que não cheguei a entender muito bem.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — No passado a tese era de que só se deveriam exportar excedentes, quer dizer, o produtor primário só estaria autorizado a exportá-lo após atendido o mercado interno. E esta era a posição governamental. Em anos recentes evoluiu-se em matéria de exportação.

A comercialização é considerada como única, tanto para o exterior como para o mercado interno. A grande dificuldade estava em manter preços internos para grande número de produtos, inferiores ao do mercado internacional. O que é anormal e constitui desestímulo ao produtor. Atualmente, para a maioria dos produtos há uma certa referência entre o preço internacional e o preço interno, como é de praxe e de prática normal. Dentro dessa tônica, é possível estruturar política unificada de comercialização.

O que pode ocorrer, pelo menos em tese, é que, em determinados momentos, será possível haver maior interêsse na exportação de determinado produto em detrimento do abastecimento interno. Não é fácil que venha a ocorrer, porque nenhum produtor abandona o seu comprador tradicional. Mas se houver relativa escassez, por que não importar? No passado isto era considerado uma anomalia; O que não é! Importar é uma prática normal. Vou dar um exemplo a V. Exa. Se em determinado momento, a lã, no Rio Grande do Sul fôsse escoada tôda, a bom preço, por que não importar a lã uruguaia ou argentina? Por que não aproveitar certos momentos de preço internacional elevado e vender o nosso produto e importar, em seguida, para cobrir eventuais deficits, talvez a preços mais reduzidos? Por que não? É uma técnica comercial legítima. O que precisamos é ter a coragem de tomar a decisão no momento exato.

Até hoje, no Brasil, não surgiu problema, mas poderá surgir. Estou focalizando o assunto em tese, que é defensável e aceito como válida, principalmente porque pode ser um forte estímulo à produção agrícola.

Temos de caminhar para essa flexibilidade no Brasil. É do interêsse do País. Não pode haver ofensa na importação quando ela atende e supre uma demanda interna e está garantida por exportação antecipada e

estimuladora da produção. Essa a tese, a essência, que me parece perfeitamente legítima.

É lógico que, em relação, talvez, a alguns produtos, que não são fáceis de [illegible] no mercado internacional, o sistema não deva ser aplicado. A política não deve ser generalizada, mas é válida, a todo momento.

Não sei se respondi a pergunta de V. Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Em tese, respondeu, na prática, embora...

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Na prática, se ocorrer, o sistema vai funcionar.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — O exemplo, a lã a que V. Exa. fêz referência. Nós sabemos que essa relação de troca entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos é sempre danosa ao subdesenvolvido. A lã brasileira, por exemplo, vem caindo de [illegible] na sua capacidade de produção, exatamente pela facilidade que tem tôda a entrada de produtos similares estrangeiros. Até o próprio Exército, que devia ser, talvez, o mantenedor dessa produção, está deixando de fabricar ou comprar produtos de lã, para adotar produtos de fibras sintéticas.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Bem, mas aí — se V. Ex. me permite — é um outro tipo de [illegible]. É que, na realidade, tanto a lã como o algodão, além de outros produtos, estão sofrendo forte concorrência de sucedâneos. E esta concorrência, de certo modo, é mais acentuada em zonas mias quentes. Por exemplo: no Brasil, a tendência normal, desde que sejam sucedâneos adequados, não é expandir o consumo da lã, a não ser em algumas poucas regiões do País, de clima mais frio. Não houve não há proteção para a lã, e sim, modificações tecnológicas na indústria têxtil, com o surgimento de produtos com novas características e que melhor se adaptam ao gôsto dos consumidores de determinadas regiões.

A lã nacional tem proteção adequada e as atuais alíquotas tarifárias foram adotadas, pelo Govêrno, após longos contatos com os produtores gaúchos. Dêsses entendimentos surgiu a atual política de total liberdade na exportação de lã, em atendimento ao pleito dos produtores do Rio Grande do Sul.

O Govêrno fixou um impôsto de importação, considerado bom como proteção, mas, acertou, também que, no caso de faltar lã, eventualmente, autorizará a indústria a importar, naturalmente, com isenção de direitos.

Parece que se colocou, em relação à lã, uma política válida, que acolhe os interesses de todos, sobretudo dos produtores do Rio Grande do Sul.

Se, na prática, estão surgindo distorções não são do nosso conhecimento. O que sabemos é que está tudo perfeitamente bem.

O que vem sofrendo a indústria da lã é a competição do produto sintético, mas isto é problema de tecnologia, que outros produtos também estão sofrendo; é uma consequência do progresso. O importante é adotar uma política que melhore a produção e torne o produto competitivo, a um preço razoável e margem de lucro satisfatória para o produtor. Não se ignora a competição que existe. Porém, não há, hoje, um setor primário que não esteja com a espada na cabeça, na possibilidade de surgir um sucedâneo.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Isto, aliás, vem ocorrendo até onde não há sucedâneo, por exemplo, no caso do leite. O leite que, no Brasil, tem um preço interno muito inferior ao dos Estados Unidos, segundo os dados da própria CACEX entre os anos de 1961 e 1967, o leite em pó, a manteiga, o queijo importado totalizaram trinta e oito milhões de dólares.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Se me permite uma explicação, não foi exatamente uma importação normal. A quase totalidade foram doações, nos têrmos da Lei nº

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Foram dadas pela CACEX?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — A CACEX apenas registra as estatísticas, no caso, porém, não tem poder de contrôle sôbre as doações, conforme a Lei nº

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — De qualquer maneira, excluí do País um volume que equivale a essa importância.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Voltamos àquela situação, e êsse é um assunto que é do conhecimento do Govêrno, sôbre o qual tem havido recamações que estão sendo estudadas na CACEX. Há, por exemplo, reclamação por parte de Minas Gerais, de que êsse tipo de doações, que são específicas, prejudica a produção.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — O fato é que vem trazendo falências de grande parcela dos produtores.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Não sei se isso ocorre. Observe V. Exa. que êsse tipo de doação, aceitamos ou não. Ela é feita para áreas pobres, para populações pobres que, normalmente, não consomem êsses produtos. Então, nesse caso pelo menos teòricamente, seria boa a doação porque cria o hábito do consumo.

Nessa questão do problema do leite em pó estamos estudando o assunto para ver se tem prejudicado, realmente, a produção nacional à primeira vista seria negativa a resposta, porque estaria sendo concedida em áreas de população que normalmente não consome o produto. O Consumo de leite, *per capita*, pelo homem da Amazônia, por exemplo, é quase nada. No campo das doações o Govêrno terá de, num futuro próximo, decidir se continuamos aceitando-as para distribuição específica às populações pobres, alimentando-as melhor e criando-lhes o hábito de consumo dêsse alimento, que elas ainda não possuem, e que poderá beneficiar, em segundo estágio, o próprio produtor nacional; ou se não o aceitamos; ou, se o aceitamos sôbre contrôle mais rigoroso.

V. Exa. ainda me permita dizer, como piada, que, em matéria de competição, até no Rio Grande do Sul estão fabricando queijo de soja, competindo com o produto *in natura*.

O problema é realmente oportuno e merece ser estudado e verificado em que medida estaria havendo ou não prejuízo para o produtor nacional.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Todo êsse volume que citei ainda há pouco tem de fato, entrado como doação ou não? Há legitimamente a doação do leite em pó?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Não há importação. O que existe de importação, no caso, são aquêles queijos refinados, de consumo suntuário tipo de queijos franceses. Na ALALC foram negociados com o Uruguai algumas concessões para queijos, cujas tarifas, entretanto, ainda estão altas. Mas são importações cujo valor total é ainda reduzido.

Não creio que deva o Govêrno proibir a importação dêsses produtos e outros que são considerados supérfluos. A proibição normalmente não evita a entrada, mas induz ao contrabando.

Se observarmos a estatística de importação, em 1967, particularmente, quando foram transferidos para a categoria geral os produtos da categoria especial, verifica-se variações em relação a inúmeros produtos supérfluos. Alguns passaram a ser importados normalmente, como o "wiskey". Em Brasília, no Pôrto de Janeiro e em São Paulo, o "wiskey" que se bebia era, praticamente, de contrabando e vendido NCr$ 60,00 a garrafa. Com o corte na tarifa, passou êle a ser importado normalmente, pagando impostos e sendo vendido a NCr$ 20,00 ou NCr$ 30,00. Os contrabandistas é que não gostaram. O mesmo se dá com outros produtos: cigarros americanos, canetas esferográficas, rádios de pilha, lanternas. O relógio suíço, por exemplo, é uma instituição internacional. Se analisada a estatística de exportação de relógios e a nossa de importação, constata-se que não casam. O cigarro americano é uma praga no mundo inteiro. O que é mais válido? Proibir ou criar um impôsto razoável que oficialize a importação, passando o Govêrno a arrecadar impostos? É claro que há necessidade de adotar uma posição de razoável equilíbrio, evitando-se os extremos.

No ano passado, foi feita uma reforma de estrutura, na importação, completando-se, agora, o primeiro ano de experiência e, assim, de possibilidade de analisar os seus efeitos, resultados e tendências.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — V. Exa. fêz referência à necessidade de os produtores nacionais se unirem, para a oferta, no estrangeiro, e manterem também uma rêde externa de ofertas de seus produtos. Parece-me que isso iria tornar mais onerosa ainda a transação comercial. Pergunto, então — como, aliás, já teve oportunidade de perguntar o Senador José Ermírio — o próprio Ministério do Exterior, não seria bastante para essa colocação de produtos, sem que fôssem empenhados os produtores, cada grupo ir até ao mercado estrangeiro?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Desculpe, Sr. Deputado, mas respondo: absolutamente não. O que discutíamos é a necessidade de os produtores nacionais, nos setores respectivos se unirem. Isso é muito importante. Em alguns setores, como o da madeira, por exemplo, houve época em que havia mais de 400 exportadores registrados. Quatrocentos indivíduos a oferecerem madeira no mercado argentino, por exemplo.

Fatalmente haverá aviltamento nos preços principalmente se a compra fôr realizada por um grupo menor de importadores. O mesmo ocorre com os minérios, com o cacau, com o sisal, etc. Isso ocorre, com freqüência, com os produtos primários, nos países subdesenvolvidos. Os produtores nacionais, de modo geral, não têm condições financeiras, nem organização para impor preços no mercado externo.

[illegible] poesia falar-se em melhores preços para produtos primários sem fortes organizações que permitam combater a oferta externa.

A rêde externa de comercialização não poderá ser uma imposição governamental e não é factível em todos os setores. É uma técnica válida para vários setores de produção, o único meio de se obter maior agressividade nas vendas.

No fenômeno japonês de após-guerra, que dá uma lição ao mundo do que é exportar, o que acontece? Um japonês compete, nos Estados Unidos, com a tarifa de proteção americana. Ele opera dentro dos Estados Unidos com grandes empórios, impondo o seu produto.

Quando um grande comprador faz um pedido, às vêzes, horas depois é feita a entrega — o exportador tem estoque. Isso no Brasil, até hoje, não foi possível, porque a iniciativa privada ainda não se organizou para tanto. Em hipótese alguma o Govêrno é de disciplina, de apoio, de ajuda, de assistência técnica. O Govêrno, a meu ver, não pode sair dêsse [illegible]. O Govêrno não pode interferir diretamente na comercialização, sobretudo externa, porque não tem experiência.

Como vou designar um funcionário da CACEX, para ir ao país A, B ou C, e ser o agente vendedor, digamos, de máquinas? Ele não entende de máquina eu não entendo. Quem entende é o produtor específico de máquinas ou a organização especializada. Só o produtor específico pode vender a sua máquina, e o produtor de maquina também não vende automóvel nem milho; vende a máquina que conhece. Tôda a venda, sobretudo em produto industriais pressupõe assistência técnica, uma garantia, de modo que o problema se complica. O comprador gosta muito de conhecer, de ver o exportador. Isso funciona muito no mercado internacional. O máximo que se pode fazer é, através do corpo diplomático, no exterior, facilitar o contacto; é fazer-com que êsse corpo seja elemento de informação, nada mais.

Se V. Sª colocar o Govêrno substituindo a emprêsa privada, o resultado não será bom.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Estou inteiramente de acôrdo. V. Sª pràticamente deu resposta à primeira pergunta.

Eu perguntaria agora: em que prazo V. Sª acha possível a organização do produtor nacional em grupo, paar fazer uma oferta única?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — É muito difícil responder de imediato.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Uma estimativa, evidentemente.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Estamos fazendo, agora, as primeiras tentativas. Possuímos duas maneiras de uniformizar a oferta: uma e através da consorciação de produtores do mesmo setor ou através de tipos de emprêsas especializadas.

A nossa tentativa neste momento — e pelo que já está havendo — é uma tentativa de consorciação de exportação. Os produtores já estão, pela primeira vez — o que é bom indício — sentando à mesa e discutindo os seus problemas, tentando ação comum. Em alguns setores temos conseguido, pelo menos é o passo inicial, a disciplinação de preço a fim de acabar com a briga entre êles, e partir de um [illegible]. Recentemente fixei o preço do amendoim. Mas quem lê os jornais vê: é uma arbitrariedade da "CACEX". Ocorre que não fui eu quem fixou basicamente o preço do amendoim. Foram os produtores ou exportadores. Reunem-se, em São Paulo, por exemplo, todos os exportadores de amendoim ou de outros produtos [illegible] primeiros e baseados em informações do mercado internacional, e informações que êles possuiam sôbre a produção do país [illegible], chega-se a uma conclusão e decide-se sôbre um preço mínimo básico. Lavra-se, então, uma ata. As reuniões são coordenadas por um funcionário da CACEX. E o exportador da CACEX baixa um ato fixando o preço mínimo de exportação. Então, há

um compromisso de que nenhum dêles — dos produtores ou exportadores exportará abaixo daquele preço. É um tipo de entendimento prévio bastante bom.

Eles têm independência para fazer, cada um, a sua venda, mas todos obedecem à regra prèviamente estabelecida, de não fazer oferta abaixo do preço fixado.

Êsse passo inicial, muito importante, já demos, êsse tipo de fixação para vários produtos, e pretendemos caminhar para os demais, em um primeiro estágio.

O segundo estágio é quase uma conseqüência natural.

Em alguns setores, a tentativa da formação de consórcios de exportação é muito grande, não sòmente em relação a produtos primários mas a produtos industriais.

No Rio Grande, a indústria de calçados tem bom mercado internacional se souber preparar o produto. Se os industriais tentarem agir em conjunto, em consórcio, poderão atender a pedidos do mercado externo. Isoladamente, porém, não o conseguirão.

Em reação ao milho, há tentativas de consórcio. É uma experiência que estamos colhendo agora, para, num futuro que esperamos não seja muito longo, poder disseminar como prática, como ato de rotina.

No momento, estamos estudando a criação de Comissões de Coordenação para exportação de produtos mais críticos, como a cêra de carnaúba, o sisal, etc., constituída pelos próprios interessados. Sabemos ser difícil obter aí, no primeiro diálogo, porque sempre que se fala em coordenação há sempre reação.

Dentro do nosso modo de agir, que chamamos de didática, nossa posição não é a de interferir e sair exportando, e sim de assistência técnica a êsse tipo de empresário; ajudá-lo a trabalhar o mercado externo e mostrar-lhe as possíveis fórmulas comerciais que deveria adotar, para ter melhor sucesso. O sucesso é dêle. E, é nosso indiretamente, porque o Govêrno arrecada mais divisas. Mas o lucro imediato é dêle. Esta tem sido nossa posição: continuar no trabalho de assistência técnica, no sentido de organizar a comercialização externa. Não é fácil.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Outra pergunta: que tipo de entendimento a CACEX tem mantido com o GEIMEC, para facilitar ou impedir a entrada de máquinas agrícolas no País?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — A CACEX é membro do GEIMEC, pràticamente partilha de todos os grupos executivos. A função dos grupos executivos é estudar o setor específico e aprovar projetos de investimentos com benefícios governamentais.

Sabemos que houve muitos problemas, recentemente com a importação de máquinas agrícolas. As vêzes são problemas que surgem em função de decisões superiores, de decisões políticas de momento. Os problemas relativos à importação de equipamentos, de modo geral, e o de máquinas agrícolas, em particular, estão merecendo, agora, estudos por parte do Govêrno, de modo a se proscrever em alguns critérios. O que se pretende baixar normas, critérios e prioridade de importação de equipamento, de modo geral, e conciliar os objetivos do desenvolvimento nacional, à necessidade de acumlarmos melhor tecnologia — o que é fundamental — com o interêsse do produtor nacional de máquinas. É preciso, pois, conciliar posições que às vêzes se confundem e são difíceis de conciliar. Temos que buscar êsse ponto de equilíbrio ideal e vamos caminhar para êle.

O problema do similar nacional, como é referido, é bastante sério no atual estágio da economia nacional. Aplica-se hoje critérios definidos em lei (Decreto-lei nº 37), com certas variantes regionais. Em breve talvez seja uma definição nacional. Só que se torna necessário talvez, a esta altura, é adotar-se uma hierarquia de prioridade nos incentivos a importação de equipamentos. Hierarquia esta que está sendo definida: é saber se é mais conveniente facilitar a importação de certos tipos de equipamentos e de máquinas para produzir bens de consumo, seja para a agricultura, seja para a indústria têxtil, para a indústria de calçados, de couro, etc., ou se é conveniente dar menos facilidades a êsses setores e mais facilidades à produção de equipamentos e máquinas para produzir bens de consumo. Ou seja, se haverá maior incentivo a indústria de bens de capital ou a indústria de bens de consumo.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Ainda está por ser definido.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Exato, que hoje é mais ou menos generalizado, horizontalizado.

Êsse tipo de definição se impõe. É preciso caminhar para essa definição. Naturalmente, tendo cuidado, bastante grande, no que se refere à Tecnologia.

Não podemos perder a corrida da Tecnologia. Precisamos proteger o produto e o empresário de marca nacional, mas é fundamental que êsse empresário nacional acompanhe o desenvolvimento da tecnologia moderna, se não vamos ser alijados do mercado internacional, a curto prazo. Entende V. Exa.?

A tecnologia de máquinas está evoluindo com muita rapidez, e não podemos estacionar. O Brasil pode produzir determinados tipos de máquinas. V. Exa sabe, há máquinas, às vêzes, com vinte ou mais características diferentes. Então, é imperioso, ao se decidir autorizar a importação de certa máquina, com maior tecnologia, por uma semelhante, muito parecida fisicamente, com capacidade de trabalho diversifícado, etc. É fundamental informar ao produtor o que está acontecendo e estimulá-lo a evoluir tècnicamente, para que possa ser protegido. Caso contrário a indústria nacional caminhará para a estagnação. E o pior atraso é o tecnológico. Êsse é grave e irrecuperável, a curto e médio prazo.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Isto é o que pensa V. Sª a respeito do assunto, mas não quer dizer que já se venha praticando na .... CACEX no passado, essa espécie de triagem.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Não! Essa triagem vem sendo feita, só que, no momento, estamos pensando em institucionalizá-la, generalizar um pouco mais.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — V. Sª sabe dizer se existem, nas docas do Rio e de Santos, máquinas agrícolas de aplicação na agricultura, retidas pela CACEX em função da existência de máquinas similares, de produção nacional?

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Se existem máquinas retidas até agora êste fato não é do meu conhecimento. Estou na CACEX há apenas duas semanas. Mas se existem não é culpa da CACEX. Todavia, poderei informar-me para transmitir a V. Exa. com exatidão.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — A minha referência se prende à leitura de jornais.

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Se V. Exa. o deseja, providenciarei a informação exata.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Sr. Presidente, sinto-me plenamente satisfeito com as respostas dadas pelo Sr. Diretor da CACEX às minhas perguntas. E congratulo-me com S. Sª pelo ponto de vista focalizado de que procurará fazer que a CACEX venha a ser assessorada, dentro em breve, por empresários nacionais, quer na parte agrícola, quer na parte industrial.

PRESIDENTE (*Senador Fernando Corrêa*) — Com a palavra o Senhor Senador Attílio Fontana.

O SR. SENADOR ATTÍLIO FONTANA — Sr. Presidente, Sr. Diretor, eu não estava aqui desde o início da reunião. Por conseguinte, algumas perguntas que vou formular podem já ter sido abordadas, esclarecidas e respondidas. Mas, se êsse fôr o caso, poderão dizer que já foram respondidas.

Eu desejaria, inicialmente, saber a situação da nossa balança comercial e balança de pagamentos nos primeiros dois meses dêste ano.

Tenho acompanhado, através da imprensa, informações em que a nossa balança comercial é favorável e está deixando um saldo de divisas. Não sei se no setor da balança de pagamentos que inclui os encargos que devemos satisfazer, ela possa apresentar-se de maneira diferente.

Gostaria de saber do Sr. Diretor da CACEX se êle poderia responder-me nesta parte.

O SR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Sr. Senador, em relação à balança de pagamentos, acredito em conta corrente, nos dois primeiros meses, não poderei responder a V. Exa., porque não disponho de dados exatos, e V. Exa. sabe que nesses tipos de computação de dados, sempre há um pequeno atraso, uma vez que entram vários itens invisíveis como turismo, remessa, etc.

Em têrmos de balança comercial, tradicionalmente, o Brasil é superavitário.

Se tomarmos o valor FOB de exportação e importação, o Brasil tem saldo. Os eventuais *deficits* são registrados e decorrentes da balança em conta corrente, quando entra a parte de invisíveis.

Posso dizer a V. Exa. que, nos dois primeiros meses, houve pequeno *deficit* da balança comercial. Embora as exportações estejam crescendo, há no momento, tendência a maiores importações, bens de capital e matérias-primas, o que, de certo modo, é justificável, em decorrência da retomada do processo de desenvolvimento.

O valor exato, o valor estatístico total, de uma importação reflete um *deficit*, mas não um desembôlso imediato, porque parte das importações são financiadas ou sem cobertura cambial. Por exemplo, quando se diz: o Brasil importou em 1967, 1.6 milhões de dólares, tècnicamente houve um *deficit*, as exportações foram um pouco menores, mas, na realidade, não houve desembôlso imediato. Importamos um volume grande de bens de capital, não se compra bem de capital à vista, é comum o financiamento de três a dez anos. De modo que, estatìsticamente, há um *deficit*, mas na realidade não há aquêle desembôlso imediato, e sim a longo prazo.

E' claro que isso indica a necessidade de se adotar uma política de exportação bem mais agressiva. O que posso dar de informação imediata a V. Exa. é em relação à exportação, que, nesses dois primeiros meses, estão bastante melhores do que em igual período de anos anteriores, tanto de 1966 como de 1967.

Estamos atualmente com uma média diária de quase 6 milhões de dólares de exportação, que deverá subir, porque princípio de ano é sempre sacrificado. As maiores safras de vários produtos sòmente serão comercializadas a partir de abril, e deverá garantir maiores exportações. O nosso prognóstico é de que neste ano, as exportações serão bem superiores a 1 bilhão e 700 milhões de dólares. Se confirmadas algumas safras, possìvelmente, em 1968, poder-se-á bater o recorde na história do Brasil, em matéria de exportação.

Quanto aos produtos industriais, as exportações nos anos anteriores foram bastante boas, e nos dois primeiros meses, a tendência é igual, podendo, no setor, ser também registrado nôvo recorde. Posso afirmar a V. Exa. que, nos primeiros dois meses, as exportações estão reagindo muito bem, inclusive o café, que é sempre motivo de preocupação. Em relação aos dois meses do ano passado que foram razoàvelmente bons, há um aumento em cêrca de quase quinze milhões de dólares, isto, considerados apenas os produtos tradicionais.

O SR. SENADOR ATTÍLIO FONTANA — Muito obrigado pelo esclarecimento.

V. S. abordou ligeiramente o problema do café. Poderia nos adiantar alguma coisa com referência à nossa exportação de café solúvel? Já foi tomada alguma providência, ou se pretende acrescentar uma solução verdadeira para que possamos continuar desenvolvendo a indústria do café solúvel? Como a exportação crescente se apresenta, atualmente?

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Sr. Senador, poderia responder a pergunta de V. Exa. parcialmente. Como sabe V. Exa., o café é o único produto que está fora do nosso contrôle, é portanto específico do IBC e do Conselho Monetário Nacional. Tem tôda uma formulação à parte. As exportações de café, nos últimos meses tem-se mostrado bastante boa, em níveis superiores a igual período no ano passado.

Respondendo parcialmente à pergunta do nobre Senador Attílio Fontana, posso informar que estão sendo estudadas medidas que permitem a continuação ou mesmo a ampliação da exportação do café solúvel que deverá ser, em futuro próximo, importante item da nossa exportação. Inclusive é mesmo do conhecimento público que existe quantidade grande de projetos para produção do café solúvel, no Ministério da Indústria e Comércio, cêrca de setenta projetos, segundo estou informado, que é um pouco exagerado, convenhamos. Êsse Ministério já adotou até critérios para selecionar os projetos pois, inegàvelmente, não será possível aprovar setenta projetos de indústrias de café solúvel, e aquêle órgão já tem critérios baixados para o julgamento de tôdas as propostas, o que demonstra o interêsse do Govêrno em ter novas indústrias de café solúvel.

Se o Govêrno está disposto a ter novas indústrias de café solúvel é sinal de que pretende ter uma política de exportação adequada a êsse produto.

O SR. SENADOR ATTÍLIO FONTANA — Muito obrigado a V. S., Dr. Benedicto Fonseca Moreira.

Com relação às demais perguntas que faria informo a V. S. que elas já foram respondidas quando o Depu-

tado Luiz Braga as formulou. De modo, Sr. Presidente, que estou satisfeito e agradeço ao Sr. Diretor da CACEX a gentileza das respostas que foram dadas às minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Fernando Corrêa*) — Tem a palavra o Sr. Senador José Feliciano.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Sr. Presidente, inicialmente desejo congratular-me com o jovem Diretor da CACEX, porque está, realmente, ambicioso em executar uma política de comércio exportador no Brasil.

O ponto famoso de nosso estrangulamento na produção é a corecialização. Isso é fundamental e o nosso Diretor está realmente firme em adotar uma posição que é aquela defensável por todos os produtores nacionais.

Quer dizer, a proteção, a colocação do Govêrno equidistante dos problemas de oferta e de procura e, assim por diante....

Mas, nós desejeríamos perguntar ao Diretor, qual a cobertura que realmente tem a CACEX e que tem o Ministro das Relações Exteriores, para manter e sustentar a oferta de produtos primários de nossa produção?

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — A oferta, em princípio, quem a sustenta é o empresário.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Não, não!

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — São duas partes. Em princípio, a oferta é o empresário quem a faz, e por mais que o Govêrno queira controlar e temos assistido a isso há sempre meios de burla. O efeito prático é reduzido se não houver cooperação e visão empresarial. Ele tem que se organizar, tem que cuidar das relações com êsse mercado. Ele deve tomar consciência dessas relações de mercado. Sem isso, o resto é prática negativa. O que o Govêrno pode fazer, particularmente a CACEX e o Itamarati, que são os dois órgãos que atuam no comércio exterior...

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Permite-he uma interrupção? Parece que a minha pergunta não foi entendida. Queria saber qual a segurança que a CACEX e o Itamarati dão aos compradores de produtos primários e também aos seus produtores. Exemplificando: a Itália é grande consumidora de carne bovina. Vem ao Brasil, adquire a carne e quando chega a época de receber a COFAP, digamos assim, impede a exportação. E' um ponto básico, ninguém compra para não receber.

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — V. Exa. tem razão. Êsse problema já foi sanado em 95%, nos últimos tempos. V. Exa. há de lembrar que, com outros produtos, acontecia a mesma coisa.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Por falta de oferta ou de procura?

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA PEREIRA — E' o enfoque do problema de abastecimento interno, que já mencionei anteriormente, e está praticamente superado. O importante é evitar que problemas dessa natureza surjam novamente. Atualmente, a garantia do abastecimento interno está sendo encarado sob ângulo diferente. A Cobal, entra no mercado e faz estoques reguladores, dispensando o produtor de ficar na qualidade de estocador. Com relação à carne, houve alguma anomalia no ano passado, que esperamos não se repita êste ano.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Houve importação de carne da Argentina, no ano passado.

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Houve uma pequena importação, mas que ficou praticamente na ameaça.

O DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Houve o problema da exportação do feijão mexicano, que está apodrecido, não serve nem para adubo.

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Com relação a carne, houve, no ano passado, um problema muito maior.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Carne, feijão, milho.

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Milho, não houve. Apenas algumas reclamações em relação a unidade, etc. Com relação à carne, houve um problema que já está superado. No ano passado, o Govêrno teve que tomar decisões restritivas para atender emergência conjuntural.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Permita-me, em contrapartida, aproveitar a oportunidade para abordar o mesmo assunto.

Peço desculpas pelo meu atraso, mas sou Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e me encontrava numa reunião de rotina.

A vinda de V. S. foi num dia em que não estava programada a presença de qualquer depoente ou convidado, nesta Comissão, cujas reuniões são às terças e sextas-feiras.

De maneira que eu queria pedir desculpas mas já estou ùtimamente impressionado com a sua presença e vivência do problema. E queria aproveitar, já que se está levantando o problema da carne, para fazer a seguinte pergunta: houve uma desigualdade de tratamento, ano passado, com relação ao "staff" para o problema de pecuária de corte. O que assistimos foi que as grandes faixas criatórias, no Brasil, onde estava a fôrça maior, meu ver, que são Mato Grosso e Goiás, no caso do zebuino, não foram atendidas como deviam. Hoje, sabemos que boiadas de quatro, cinco anos, milhares de reses, a espera do comprador. E estamos na pior fase para o criador, que está sendo jogado a uma situação terrível, porque só tem pela frente o INDA, o IBRA, impostos, aumento do preço, do arame, do sal etc.

Quando houve uma medida benéfica, atingiu apenas o Rio Grande do Sul: foi a facilidade para que houvesse exportação justamente para os gaúchos, que têm pela frente os frigoríficos estrangeiros — Armour, Swift, Anglo.

Isso calou profundamente em tôda a área de pecuária brasileira, essa desigualdade de tratamento, como um desestímulo.

Hoje, o que está acontecendo é que não sabemos qual o futuro da pecuária brasileira diante do preço vil a que chegou o mercado bovino, desde o bezerro para criar, até o boi de abate.

Hoje ainda se faz em negócios, aqui em Goiás, à base de NCr$ 130,00 e NCr$ 140,00 por uma rês, o que é um absurdo, porque todos sabem o quanto custa manter uma criação de gado.

Assim sendo, todo mundo está preferindo recriar porque não tem o trabalho de criatório, o problema da vaca que cria, o problema do bezerro que nasce, os cuidados específicos de cobertura e de assistência técnicas, tudo isso, enfim, utilizado na pecuária e que, no Brasil, já atingiu um nível bastante adiantado.

Desta forma perguntaria: por que essa discriminação? O Planalto Central ficou completamente estático diante de uma fôrça dinâmica — e a crise tanto era no Planalto quanto no Rio Grande do Sul — que se observa no Rio Grande do Sul.

Houve exportação no sul, melhorando naturalmente o padrão, dando uma melhor experiência para o criador, enquanto que no Planalto Central nada está havendo nesse sentido.

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Eu havia dito, anteriormente, que hoje estamos estudando uma série de medidas que visam estimular e acelerar a exportação de produtos específicos. Estamos colhendo dados e estudando, por exemplo, o problema da carne, que tem características peculiares. Em muitos países, ou melhor, em todos, a carne é importada sob contrôle governamental, sobretudo o contrôle sanitário, como é o caso da Inglaterra, da França, etc.

Recentemente, foram feitos, através do Itamarati, contactos e demarches na França, que é importadora de carne, no sentido de superar restrições à importação da carne nacional. A primeira reação na França e em outros mercados, é a de que a carne brasileira tem aftosa, é mal conservada, é mal condicionada; que as instalações são deficientes, etc.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Até a de porco.

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Em relação à França, fez-se esfôrço muito grande, inclusive convidando especialistas e médicos sanitaristas, que vieram ao Brasil, e foram encaminhados ao Rio Grande do Sul, onde puderam constatar as condições locais de abate e conservação de carne, e a possibilidade de exportar, cumprindo tôdas as exigências sanitárias.

Não raro, quando um país se interessa em importar carne, faz o pedido através do Govêrno, e, sistemàticamente, exigem dos órgãos competentes do Govêrno Brasileiro atestados que comprovem o perfeito estado sanitário do produto.

Os franceses, porém, até hoje, não se habilitaram a importar carne do Brasil. Visitaram, no Rio Grande, vários matadouros-frigoríficos, e comprovaram a eficiência, o contrôle higiênico dos estabelecimentos visitados. Comprovaram também que a maioria não tem o nível que a legislação francesa impõe. Em decorrência dêsses problemas foi que, recentemente, a própria Inglaterra, grande importadora de carne, proibiu sumàriamente a aquisição do produto de tôda a América do Sul.

O problema é bastante delicado. Não adianta pensar em autorizar simplesmente a exportação de carne do Centro-Oeste, sabendo das exigências dos países importadoras, do contrôle que exercem, porque, assim, poder-se-ia criar uma falsa expectativa de exportação. O mercado externo é muito bom, porém, exigente.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Estamos exportando quase 70% da produção de antibióticos para o Vietnã, para essa guerra — a nosos ver — tão desgraçada, tão injusta. Exportamos para um mundo difícil, um mundo de atritos, um mundo antipático, mas negócio é negócio.

Já que aquelas tropas precisam ser alimentadas, não seria possível, dentro da orientação da CACEX, pelo menos na parte da industrialização da carne enlatada, não seria possível os frigoríficos brasileiros fazerem a exportação? Não haveria maior margem de exportação?

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Poderia.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — No ano passado, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados fêz uma visita ao Presidente Costa e Silva. Dissemos nessa ocasião, a Sua Excelência que havíamos ficado assombrados com o que víramos no Laboratório Fontoura-Wyeth, a quantidade imensa de antibióticos que eram exportados para o Vietnam, para a Tailândia, e para a Holanda, êste último país como intermediário distribuindo a seu bel-prazer os medicamentos brasileiros. Enquanto isto, cêrca de setenta por cento da população brasileira talvez esteja na desgraçada situação de não ter meios de adquirir antibióticos.

E' uma situação vexatória hospitais até da própria Guanabara, da qual sou representante.— têm carência muiltas vêzes de antibióticos para atender aos indigentes. Assim, enquanto o Brasil exporta antibióticos para o exterior, o seu povo está morrendo à mingua dêsses medicamentos.

Seria o caso, então, de, tal como no caso dos antibióticos, o Brasil fazer bons negócios com a exportação da carne.

O SR. DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Talvez fôsse, mas o que acontece, do caso da carne, é que há mais uma má imagem do Brasil no exterior. Eu, pessoalmente, em anos passados, participei de negociações com países interessados em gado brasileiro, principalmente Venezuela e o México, tipo zebu sobretudo.

O problema mais difícil foi, e é, convencer o venezuelano de que podemos exportar gado em boas condições. Até hoje, discute-se com os venezuelanos a imunização do gado a ser exportado.

Um fato muito curioso: dizem, na Venezuela, que rebanho, na região chamada "amazônia venezuelana", está aumentando muito, e todo êle de procedência brasileira. Entra, por processos e caminhos não oficiais.

Mas é difícilio colocar gado, via normal, nesses países, tais as exigências que êles fazem. No México, isto é quase impossível, porque está condicionado a uma legislação tipo americana, em matéria de gado. E com certa razão, porque, no passado, a aftosa se disseminou pelo México, e sòmente foi controlada com auxílio maciço norte-americano como proteção ao próprio rebanho americano.

De modo que o México, que é mercado interessado senão para carne, pelo menos paar boi de linhagem está fechado para nós. Motivo: mêdo de contaminação. Exportamos para os Estados Unidos produtos industrializados, mas a carne congelada, sofre as maiores restrições.

Bom mesmo é vender a países ricos; os pobres não compram nunca ou compram pouco. E sob êsse aspecto o melhor mercado é mesmo o mercado norte-americano, que compra tudo; e que, apesar de ser o maior produtor mundial de automóvel compra também quantidade, imensa, de automóveis anualmente. Vendemos muito para os Estados Unidos, inclusive produtos industriais, até mesmo microscópios eletrônicos, quando êles próprios fabricam microscópios, que nada ficam a dever ao nosso em qualidade e preço.

Porém, em relação a muitos produtos primários — gêneros alimentícios, por exemplo — apresentam dificuldades de colocação pelo Brasil, não raro por problemas sanitários. Nós no Brasil, talvez nos preocupemos pouco com o fator higienização. Por exemplo, sabemos que o gado tem aftosa, e que o nosso leite tem, em

relação ao leite na Europa, uma quantidade fantástica de micróbios. Mas estamos habituados, e talvez até imunizados, contra a contaminação. Mas, no exterior, não querem saber dos produtos brasileiros nessas condições.

O que tentamos, no momento, é ver as condições dêsses mercados, a sua capacidade de absorção, as suas restrições e exigências, para, em seguida, preparar setores para exportar, nas condições em que o mercado comprador consome.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Eu queria, neste momento, agradecer os dados preciosos, inclusive de tanta valia para nós. Porque, o que acontece Dr. Benedito Moreira, é que o Govêrno acenou, não só êste Govêrno como os anteriores, sempre acenaram com campanhas contra a aftose. Geralmente estas campanhas ficam em manchetes.

Em Brasília, foi iniciada pelo próprio Ministério da Agricultura essa campanha contra a aftosa.

Eu sou obrigado a vacinar o meu gado de quatro em quatro meses. Obedeço rigorosamente às observações e orientações técnicas nesse sentido. E como os meus vizinhos não o fazem, porque não tem assistência técnica permanente, não são procurados para vacinar os seus gados, eu sou obrigado a vacinar o gado dêles. Esta vacina valiosa exige cuidados especiais, inclusive ela deve ser conservada no gêlo.

Em que pese as dificuldades para fabricação de vacina contra a aftose, o Brasil está, nesse momento, com Laboratórios diversos: o Rhodia, o Pfizer e outros laboratórios, com situações ótimas, para o atendimento da luta contra a aftosa.

O que não existe é uma lei nesse sentido. Em vez da vacinação contra aftosa, como problema do livre arbítrio do fazendeiro, tornar-se vacina obrigatória, mediante campanha nacional obrigatória, subvencionada pelo Govêrno, porque ou o Govêrno gasta dinheiro para tirar êsse mau nome que V. Exa. afirma têrmos lá fora e é verdade — ou então continuaremos ao Deus dará.

Se aqui tão próximo a Brasília vemos aquêles que são homens de Goiás, de Mato Grosso, de Minas Gerais, e sabem que há o problema da vacinação — em que pese a consciência já criada no fazendeiro brasileiro — não há permanência de técnicos, uma obrigatoriedade.

Muitas vêzes o fazendeiro vacina, mas junto ao pequeno fazendeiro, há um posseiro, que tem trinta, quarenta cabeças de gado, se êste fôr atingido, acabou-se! A medida tinha que ser obrigatória e êsses dados tão preciosos que V. Exa. nos trás, orientam esta Comissão para que, de futuro, essa vacinação contra aftosa seja generalizada, que a campanha nacional no território, não seja de propaganda mas de profundidade e obrigatória, em todos os rincões do País.

Só assim êsse problema será solucionado para nosso bem, num setor tão preponderante de riqueza como é o da pecuária brasileira. Perdôe a minha intervenção.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Eu estou satisfeito com a afirmativa do Diretor da CACEX, dizendo que vai manter esta orientação no comércio exterior do Brasil de cumprir os compromissos assumidos pelos produtores, porque sem isto não adianta a CACEX, não adianta trabalhar, não adianta trabalho do Itamarati, não adianta a instalação de escritórios de produtores nacionais no estrangeiro, nem aquela dificuldade de recambiar-se o dólar obtido nesses países com a venda de produtos nacionais, que era outro problema. Nada disto terá importância diante da falta de garantia do fornecimento do comércio nacional. Era só isso

O SR. PRESIDENTE (*Senador Fernando Corrêa*) — Com a palavra o Sr. Senador Carlos Lindemberg, que tem duas perguntas para fazer ao Sr. Benedito Fonseca Moreira.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — E' o seguinte: o Doutor Benedito Fonseca Moreira falou sôbre consórcios, que os produtores estão promovendo para que não hajam várias ofertas, porque isto implica, realmente, na baixa dos preços — sabemos que, no comércio jogam-se uns contra os outros para se tirar proveito. Mas para que funcionem êsses consórcios, há um registro na CACEX, em que poderão fazer suas ofertas? Quero dizer o seguinte, por exemplo: um produtor de sisal, que vem da Paraíba, deverá estar incluído nesse consórcio para uma mesma oferta; mas suponhamos que o Estado do Rio produza sisal também. Êste produtor poderá fazer uma oferta independentemente dos consórcios, ou há um registro especial para controlar isto?

O SR. DR. BENEDITO FONSECA MOREIRA — A CACEX mantém um registro, Sr. Senador, de todos os exportadores. O registro tem que ser revisto e atualizado. E agora estamos adotando — se me permite dizer — um registro positivo, que, inclusive, é transformado em anuário traduzido em inglês e francês e remetido para o exterior, como fonte de informação. Temos de adotar, agora, o registro negativo, também, daquelas emprêsas que cometem fraudes. Nossa posição é a de proibí-las, emprêsas e diretores, acabar com o malandro que tanto prejudica os que trabalham. Poucos prejudicam muitos.

Quanto a isso, o Sr. não tenha nenhuma preocupação. Estamos afastando-os, damos o primeiro aviso na segunda proimos de operar. Não podemos continuar na situação em que está o Brasil, em que alguns liquidam os esforços de muitos.

Quanto aos consórcios especificamente, quer dizer, o consórcio juridicamente, têm êles muitas variações.

Não se pode impor o consórcio a ninguém, não há imposição legal, não há lei que obrigue a consorciação. E' trabalho de convicção, que eu acho o melhor caminho porque, quando o produtor se convence, então é quase que irreversível. E' o tipo da coisa que o tempo demonstra, é aquêle trabalho didático que se está começando a empreender.

Estamos pretendendo que em todos os Estados, a CACEX comece a funcionar dentro dêsses princípios, quer dizer, o Banco do Brasil passe a apoiar integralmente êsses órgãos, coordená-los, ajudá-los e orientá-los.

Na realidade, alguns defeitos decorrem de culpa nossa mesmo, porque eu por exemplo, como Diretor da CACEX, tenho a obrigação de manter tôdas as agências da CACEX informadas, instruídas. Pois às vêzes — isto é uma autocrítica — tomamos muitas decisões no Rio de Janeiro e esquecemos que o País é muito grande, que temos funcionários no interior de Mato Grosso, de Goiás ou do Amazonas que são excelentes, mas ficam sôltos no espaço, não sabendo o que fazer e, às vêzes, tomam decisões negativas o que é mais fácil para êles, pois, não sabe como se orientar.

Este sistema de contacto interno e, de instruções ao pessoal está sendo iniciado, e, inclusive, com programa geral de reuniões nos Estados — CACEX e produtores locais. Faremos a primeira e a CACEX local continuará depois o diálogo, e isto pode funcionar.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Falando de exportações: houve aumento de volume correspondendo ao aumento de preço, ou o aumento de volume foi muito grande e o preço menor?

O SR. BENEDITO FONSECA MOREIRA — E' preciso separar os assuntos. E' muito difícil, Sr. Senador, usar relação média porque estaríamos ministrando coisas hecterogêneas. Por exemplo: não se pode considerar tonelagem exportada de produtos agrícolas e seu valor e misturar com produtos industrializados. Em relação aos produtos agrícolas tem havido melhoria na tonelagem. Em alguns anos êsse aumento de tonelagem corresponde a aumento proporcional de preço, em outros anos, baixa. O problema de preço é quase um capítulo à parte. Ao se mencionar preço médio é necessário detalhar e analisar e tipo de comportamento. Êle é válido como indicação geral, quando por setor, mesmo assim gera raciocínio deformado. Por exemplo, o algodão, ou a estatística da carne de 1965, 66,67. Há carne de costela, carne de anteira, carne industrializada, etc. e tudo isso varia de valor. Se num ano a composição da carne industrializada foi maior, tem um tipo de relação, se foi menor, tem outro. Se se considerar a estatística do ano passado, de produtos industrializados, contata-se que a tonelagem subiu, e o preço médio baixou. Perderemos? Digo: não! Impõe-se analisar a composição. Atualmente, há mais de mil itens industriais sendo exportados. É necessário ver a composição naquele ano, de produtos leves, dos produtos químicos, dos produtos siderúrgicos, etc. O preço médio baixou. Para evitar êrros maiores é preciso considerar, e dentro de cada setor fazer a análise, específicas, mesmo assim ainda sujeito a êrros.

O preço médio do algodão fibra longa, por exemplo, não é o mesmo do de fibra curta. No Brasil, a estatística, de modo geral, é defeituosa infelizmente. A da CACEX também, porque é na base de médias, e será conveniente caminhar para a sua modificação para evitar-se, criar uma imagem que não é verdadeira.

Confesso a V. Exa. que, ao comparar a estatística do ano passado, relativa a exportação de produtos industrializados, fiquei surprêso com o preço médio. Mandei apurar o que era. Não houve nada, pelo contrário. Produto industrializado é aquele que ninguém especula. E' o preço da máquina, é o preço internacional. Quando se cogita de baixar um pouco o preço de máquina é para competir. Se não se baixar, também não se vende. O produto primário não, é sujeito à oscilação. Mas a máquina não o é.

Ao se analisar, ou constatar, no cômputo geral, o preço médio dos produtos industrializados está se misturando preço médio de produtos siderúrgicos, de navio, de máquinas, com produtos farmacêuticos, com sapatos, etc.

De modo geral — vou falar numa posição um pouco simplória — os preços de nossos produtos primários não são aquêles que gostaríamos que fôssem, mas não estamos também sendo totalmente violentados no nosso interêsse. Não é isto. A realidade é que muitas vêzes, aproveitamos marés altas do mercado internacional.

Quando, às vêzes, não coincidem safras, conseguimos preços muito altos, quando não, às vêzes o preço baixa de modo irreversível.

Há produtos, como o cacau, por exemplo — não sou especialista em cacau; como Diretor, sou um pouco curioso em todos os assuntos — cujo estoque mundial nunca estêve tão baixo, como no momento. Tècnicamente, o preço deveria estar entre 35 e 40 cents mas está a 26. Diàriamente a bôlsa sobe ou desce muito pouco por que? Porque há o problema: quem são os maiores produtores de cacau? Os Países africanos, que têm produtividade e qualidade igual a melhor do que a nossa, e se não procurarmos melhorar a nossa posição, seremos liquidados no mercado internacional, por falta de resistência. Além, disso, quem manobra o preço do cacau? Londres, Paris, Nova Iorque, são os poucos compradores. Está acontecendo apenas, que os grandes centros de comercialização, os poucos compradores, estão jogando tudo para manter um preço que chegou a 9 cents e, hoje, está a 26,12, mais ou menos.

Não está mau, está muito bom, mas deveria estar melhor.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Esta baixo em relação aos estoques internacionais que nunca estiveram tão baixos.

O DR. BENEDITO FONSECA MOREIRA — Os compradores que manejam, manipulam a bôlsa, estão segurando, são mais fortes do que essa quantidade de exportadores que somos nós, e são os africanos, todos nós juntos formamos um bôlo desorganizado. Os africanos mais ainda, porque às vêzes tem problemas que não temos.

No Brasil, tenho mantido contactos com exportadores da Bahia, a fim de evitar a balbúrdia de ofertas dispares, invalidando a possibilidade de melhores preços ou pelo menos reforçando a posição daqueles que manobram o preço no exterior, às custas da fragilidade do exportador.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Lamento não ter chegado, aqui, desde o princípio então poderia ter aprendido muita coisa. Não sou muito expansivo em matéria de elogios. Mas a verdade é que o Senhor Diretor da CACEX tem conhecimento geral não só de exportação como, inclusive, da parte agrícola, da parte agropecuária...

O DR. BENEDICTO FONSECA MOREIRA — Mera curiosidade Senador.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — ... o que muito me alegra. Acredito que, com sua orientação possamos ter dias bem melhores para o comércio, para a indústria e para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Fernando Corrêa*) — Dr. Benedicto Moreira, V. S. há de ter notado, durante o tempo em que respondeu sobretudo à argüição dos Srs. Parlamentares, o interêsse que todos manifestaram pelos assuntos pertinentes a esta Comissão, e que dizem respeito à sua posição de Diretor da CACEX.

Todos ficamos muito satisfeitos por estar uma pessoa tão entendida à frente de um setor de vital importância para a nossa economia.

Eu havia preparado diversas perguntas, que, entretanto, já foram respondidas na sua resposta a diversas argüições dos Srs. Parlamentares. Mas quero fixar bem que estamos exportando, de produto manufaturado, cêrca de 200 milhões de dólares.

O SR. DR. BENEDITO FONSECA MOREIRA — Cento e cinqüenta milhões de dólares no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Fernando Corrêa*) — Eu gostaria de fazer uma verificação na informação de V. S.: é que a safra de arroz, neste ano, exceto a de Goiás, que vai ter produção extraordinária, no resto dos Estados do Brasil — Mato Grosso, Minas, São Paulo e Paraná — vai haver uma queda muito grande devido à estiagem. Tanto é que, ontem, conversando com um fazendeiro

de Mato Grosso pelo telefone, êle me deu um preço muito bom, e, devido a procura, foi lá um senhor de São Paulo e comprou 100 milhões de cruzeiros antigos de arroz, porque vai haver falta dêsse produto.

O SR. BENEDITO FONSECA MOREIRA — Realmente, recebemos informações de que não só a safra do Centro-Oeste, é muito boa como também a do Rio Grande do Sul, independente da sêca havida, tanto que, já há algum tempo, o próprio SUNABAO tinha tomado a deliberação de não obstar, criar dificuldades ao nível de 150 mil toneladas de exportação — isto já é um compromisso sagrado, com bons prognósticos, inclusive na CACEX, estou trabalhando à base de uma possibilidade de exportação em têrmos de 200.000 toneladas e até, se os prognósticos se confirmarem, 250.000 toneladas.

Espero que as previsões se confirmem, primeiramente porque seria excepcionalmente bom para a agricultura e para o país em têrmos de divisas, e, segundo, Sr. Senador, porque — de acôrdo com as informações que temos recebido — o preço do arroz está muito bom no mercado externo.

Tenho a impressão, até, de que se confirmadas as consultas de compradores talvez a safra, que é boa não seja bastante para a procura externa.

Devo dizer que, no Oriente, a tonelada do arroz está atingindo a 200 dólares. Pode e deverá baixar um pouco, mas parece que a demanda, êste ano, no Oriente, é muito grande.

Há grandes perspectivas de aquisições do Vietnam, Ceilão, Índia, Paquistão. Só dêsse grupo da Ásia as consultas já atingem a 150.000 toneladas — fora o Japão e, inclusive o Peru, país que é um bom mercado. Os países do oriente, ao que parece, gostam do arroz do Rio Grande, com o qual fazem uma papa.

Esperamos, realmente, que a safra se confirme.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Fernando Corrêa*) — Esta Comissão, pela sua Presidência, agradece a presença de V. S., que nos veio esclarecer muitos aspectos dos problemas aqui focalizados. O interêsse que despertou está no fato de que V. S. aqui permaneceu pràticamente três horas.

O SR. BENEDITO FONSECA MOREIRA — Sr. Presidente, o prazer foi meu em prestar os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Fernando Corrêa*) — Se V. S. desejar, enviaremos à CACEX as notas taquigráficas desta nossa reunião.

O SR. BENEDITO FONSECA MOREIRA — Sr. Presidente, gostaria muito, uma vez que estava numa *fase um tanto atribulada, ao receber o* convite desta Comissão, e não tive tempo para preparar uma espécie de palestra.

Dei ao meu pronunciamento um tom muito informal.

As notas taquigráficas talvez não tenham uma sequência, como a desejada por mim. Assim, agradeceria muito a remessa das notas taquigráficas.

Ao mesmo tempo, coloco a CACEX ao inteiro dispor de V. Exa. e desta Comissão, para quaisquer outros pedidos de informações, estatísticas, esclarecimentos, etc. que possam enriquecer o trabalho dos Senhores.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Fernando Corrêa*) — A Comissão agradece o seu oferecimento, pela sua Presidência, tem a dizer-lhe que foram realmente úteis as informações que V. S. nos trouxe.

Está encerrada a reunião.

MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)

1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)
3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)
2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Danel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)
Vice-Líderes
Wilson Gonçalves (CE)
Petrônio Portella (PI)
Manoel Villaça (RN)
Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)
Vice-Líderes
Arthur Virgílio (AM)
Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SÔBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Mello	José Leite
Domício Gondim	José Guiomard
Paulo Tôrres	Adolpho Franco
João Cleofas	Leandro Maciel
Teotônio Vilela	Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama	José Ermírio
Josaphat Marinho	Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Feliciano	Attílio Fontana
Ney Braga	Leandro Maciel
João Cleofas	Benedicto Valladares
Teotônio Vilela	Adolpho Franco
Milton Trindade	Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio	Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo	Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: Têrças-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Ney Braga	José Leite
Antônio Carlos	Eurico Rezende
Melo Braga	Benedicto Valladares
Arnon de Mello	Carvalho Pinto
Attílio Fontana	Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna	Pessoa de Queiroz
Mário Martins	Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

19 Membros

Presidente: Milton Campos
Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Milton Campos	Alvaro Maia
Antonio Carlos	Lobão da Silveira
Aloysio de Carvalho	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Arnon de Mello
Wilson Gonçalves	Júlio Leite
Petrônio Portella	Menezes Pimentel
Carlos Lindenberg	Adolfo Franco
Paulo Sarasate	Filinto Müller
Clodomir Milet	Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino	Arthur Virgílio
Bezerra Neto	Argemiro de Figueiredo
Josaphat Marinho	Nogueira da Gama
Edmundo Levi	Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Jose Feliciano	Benedicto Valadares
Eurico Rezende	Melo Braga
Petronio Portela	Teotonio Vilela
Attilio Fontana	José Leite
Júlio Leite	Mem de Sá
Clodomir Millet	Filinto Müller
Manoel Villaça	Fernando Corrêa
Wilson Gonçalves	Adolfo Franco

MDB

João Abrahão	Bezerra Neto
Aurélio Vianna	Oscar Passos
Adalberto Senna	Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Júnior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Carvalho Pinto	José Leite
Carlos Lindenberg	João Cleofas
Júlio Leite	Duarte Filho
Teotônio Vilela	Sigefredo Pacheco
Domicio Gondin	Filinto Müller
Leandro Maciel	Paulo Tôrres
Attílio Fontana	Adolpho Franco
Ney Braga	Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto	José Ermírio
Edmundo Levi	Josaphat Marinho
Sebastião Archer	Pessoa de Queirós

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel
Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Menezes Pimentel	Benedicto Valladares
Mem de Sá	Antônio Carlos
Alvaro Maia	Sigefredo Pacheco
Duarte Filho	Teotônio Vilela
Aloysio de Carvalho	Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena	Ruy Carneiro
Antônio Balbino	Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antonio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Antônio Carlos	José Guiomard
Moura Andrade	Eurico Rezende
Paulo Sarasate	Filinto Müller
Milton Trindade	Fernando Corrêa
Alvaro Maia	Lobão da Silveira
Jose Feliciano	Menezes Pimentel
João Cleofas	Petrônio Portela
Paulo Tôrres	Manoel Villaça

MDB

Arthur Virgílio	Adalberto Senna
Ruy Carneiro	Antônio Balbino
João Abrahão	José Ermírio

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Paulo Sarasate	Lobão da Silveira
João Cleofas	José Guiomard
Mem de Sá	Teotônio Vilela
Jose Leite	Carlos Lindenberg
Leandro Maciel	Daniel Krieger
Manoel Villaça	Filinto Müller
Clodomir Millet	Celso Ramos
Adolpho Franco	Milton Trindade
Sigefredo Pacheco	Antônio Carlos
Carvalho Pinto	Benedicto Valladares
Fernando Corrêa	Mello Braga
Júlio Leite	Paulo Tôrres

MDB

Argemiro de Figueiredo	Oscar Passos
Bezerra Neto	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	João Abrahão
Arthur Virgílio	Aurélio Vianna
José Ermírio	Nogueira da Gama

Secretario: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Attilio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Attilio Fontana	Júlio Leite
Adolpho Franco	José Cândido
Domicio Gondim	Arnon de Melo
João Cleophas	Leandro Maciel
Teotônio Vilela	Melo Braga

MDB

Antônio Balbino	Ruy Carneiro
Nogueira da Gama	Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Petrônio Portela	Celso Ramos
Domicio Gondim	Milton Trindade
Attilio Fontana	José Leite
Mello Braga	Adolpho Franco
Júlio Leite	Duarte Filho

MDB

Arthur Virgilio	João Abrahão
Josaphat Marinho	Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Têrças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Domicio Gondim	José Feliciano
Jose Leite	Mello Braga
Celso Ramos	Jose Guiomard
Paulo Torres	Benedicto Valladares
Carlos Lindenberg	Teotonio Vilela

MDB

Josaphat Marinho	Sebastião Archer
José Ermirio	Oscar Passos

Secretario: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, as 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Clodomir Millet	Teotonio Vilela
Manoel Villaça	José Leite
Arnon de Mello	Domicio Gondim
Duarte Filho	Paulo Sarazate
Menezes Pimentel	Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro	Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo	Adalberto Senna

Secretario: Claudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Wilson Gonçalves	José Feliciano
Paulo Torres	João Cleofas
Antonio Carlos	Adolpho Franco
Carlos Lindenberg	Petronio Portela
Mem de Sa	Jose Leite
Eurico Rezende	Ney Braga
Paulo Sarasate	Milton Campos
Carvalho Pinto	Daniel Krieger

MDB

José Ermirio	Antonio Balbino
Aurélio Vianna	Arthur Virgilio
Nelson Martins	Edmundo Levi

Secretario: Afrânio Cavalcanti Mello Junior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, as 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Feliciano	Filinto Müller
Leandro Maciel	Mem de Sá
Antonio Carlos	Duarte Filho
Lobão da Silveira	Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama	Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Benedicto Valladares	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	Jose Guiomard
Aloysio de Carvalho	Carlos Lindenberg
Antônio Carlos	Adolpho Franco
Mem de Sá	Petrônio Portela
Ney Braga	Jose Leite
Milton Campos	Teotonio Villela
Mor[illegible] Andrade	Mello Braga
Fernando [illegible]ra	Jose Feliciano
Arnon de Mello	Clodomir Millet
José Cândido	Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz	Bezerra Neto
Mario Martins	João Abrahão
Aurélio Vianna	Josaphat Marinho
Oscar Passos	Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Têrças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissões de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaça

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Sigefredo Pacheco	Julio Leite
Duarte Filho	Milton Trindade
Fernando Corrêa	Ney Braga
Manoel Villaça	José Cândido
Clodomir Millet	Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna	Bogueira da Gama
Sebastião Archer	Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.
Reuniões: Têrças-feiras às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Paulo Tôrres	Filinto Müller
Jose Guiomard	Attilio Fontana
Lobão da Silveira	Domicio Gondim
Ney Braga	Manoel Villaça
José Cândido	[illegible] Braga

MDB

Oscar Passos	[illegible]rgemiro de Figueiredo
Mário Martins	Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Eurico Rezende	José Feliciano
Carlos Lindenberg	Menezes Pimentel
Arnon de Mello	Celso Ramos
Paulo Tôrres	Petrônio Portela
José Guiomard	Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro	Adalberto Senna
João Abrahão	Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: Têrças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Leite	Paulo Tôrres
Celso Ramos	Attilio Fontana
Arnon de Melo	Eurico Rezende
Domicio Gondim	José Guiomard
João Cleofas	Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer	Mário Martins
Pessoa de Queiroz	Ruy [illegible]

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guiomard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Guiomard	Lobão da Silveira
Fernando Corêa	Jose Feliciano
Clodomir Millet	Filinto Müller
Alvaro Maia	Sigefredo Pacheco
Milton Trindade	Manoel Villaça

MDB

Edmundo Levi	Adalberto Sena
Oscar Passos	[illegible] Virgilio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

PREÇO DÊSTE EXEMPLAR: NCr$ 0,10